

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

**Projeto Pátria Amada Esquartejada:  
relações entre história, memória e educação**

NATÁLIA FÉLIX DE MELO

Uberlândia, 2018.

NATÁLIA FÉLIX DE MELO

**Projeto Pátria Amada Esquartejada:  
relações entre história, memória e educação**

Monografia apresentada aos Cursos de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciada e Bacharel em História, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

Uberlândia, 2018.

Natália Félix de Melo (1992)

Projeto Pátria Amada Esquartejada: relações entre história, memória e educação.  
81 fls

Orientadora: Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Monografia (Licenciatura e Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia,  
Cursos de Graduação em História.

Inclui Bibliografia

Palavras-Chave: Pátria Amada Esquartejada, História, Memória, Educação, Ensino de História.

NATÁLIA FÉLIX DE MELO

**Projeto Pátria Amada Esquartejada:  
relações entre história, memória e educação**

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Ilka Vieira Vasconcelos  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Emisia Jacinto Barbosa

---

Prof. Me. Diego Marcos Silva Leão



## **Agradecimentos**

A construção de uma monografia tem caminhos vivos, encontros e desencontros, falácias, silêncios e projeções, variações de rumos e sentires, impressões e afirmações que se ressignificam no seu processo construtivo.

Desmedidamente, o meu agradecimento primeiro segue aos meus avós, Anésio e Zélia, pois as reverberações que me passaram sobre compressão de vida mundo e de si, foram fundamentais para permanência e sequencia de caminhada na minha formação acadêmica e na vida.

Como inspiração, tenho minha tia Vânia, que sem seu apoio afetuoso e gentil não teria concluído esse trabalho. Agradeço especialmente ao meu irmão Gustavo, por todo afeto e companheirismo tão específico que nos une e move. A minha mãe Kênia e meu irmão Lucas, que, mesmo a distância, recebo as vibrações do amor deles.

Nessa trajetória de formação, tive a feliz sorte de encontrar a Professora Regina Ilka, que se tornou para mim uma fonte de inspiração, sinto um enorme carinho e respeito pela profissional e pessoa que é; agradeço por ter aceitado me orientar nesse trabalho de conclusão e agradeço por todas as possibilidades que me direcionou e apoiou durante a graduação, contribuindo para minha formação profissional e pessoal.

Agradeço à Professora Marta Emisia Jacinto Barbosa, por toda troca de conhecimento, carrego uma admiração pela forma paradoxal que os seus “toques” chegam, sendo eles carregados de uma assertividade e uma docilidade atenta e cuidadosa também, lhe vejo e enalteço a grande mestre de sala de aula e de vida e agradeço a possibilidade de acesso que tive.

Agradeço à Professora Ana Paula Spini, que mostra a essência humana dentro de sua prática docente, isso inspira e eu agradeço o contato e toda a troca. Agradeço também à Professora Jacy Alves de Seixas, que representou para mim uma força que me fez permanecer e concluir o curso, visto o prazer que é estar numa aula ministrada por ela. Agradeço à Professora Maria Elisabeth por toda troca e docilidade.

Dessa formação, os amigos feitos se tornam esteios de força e também inspiração, e não poderia deixar de agradecer-los aqui. Por todo e com todo amor agradeço

imensamente aos irmãos de vida, Marcus, Ester, Lú e a Carolzinha (dos dogs) e ao Vini. Agradeço imensamente à Ester, por me permitir vivenciar os dias com o Miguel, que é meu floral inspirador desde antes de nascer.

Especialmente, agradeço à Júlia Vita, que se essa monografia se constituiu a partir da caminhada, ela foi um grande presente do meu trajeto errante, por toda amizade e cumplicidade sou grata.

Agradeço amorosamente também ao Maycon Dantas, à Fhaêsa, à Carolina Ribeiro, à Thati, Mayhume, ao Dani, à Rhay e a The Layson,, à Thane, à Caterine e à Flor, por todos os devaneios em casa, nos bares e nas esquinas da vida, pela leveza que me trouxeram no enfrentamento dos dias, meu sincero obrigada. Por fim e não menos importante, agradeço à Ana Carenina, que bem no fim dessa conclusão tem sido esteio e fonte de afeto.

Por fim, a todos aqueles que me acompanharam na trajetória nesses últimos anos, pela partilha dos sorrisos e dos afetos, eu verdadeiramente agradeço!

*Como se pode dizer a Nação brasileira, no singular,  
se somos tão diferentes, tão desiguais, e existe tanta injustiça?  
Quantas nações somos nós?*

Marilena Chauí

## Resumo

O presente trabalho trata de uma análise das relações entre história, memória e educação a partir do projeto Pátria Amada Esquartejada, idealizado pelo Departamento do Patrimônio Histórico e pela Secretária de Cultura do Município de São Paulo no ano de 1992.

A fonte de pesquisa utilizada foi o livro resultante do projeto, que teve como eixo central o tema nação, seus significados sociais e políticos, debatendo o sentido de ser brasileiro a partir dos símbolos nacionais, questionando a unidade imposta pelos símbolos, em contrapartida à diversidade e às desigualdades que constituem a nação brasileira.

Constitui-se como um trabalho analítico, apresentando e afirmando o projeto Pátria Amada Esquartejada como um instrumento de inspiração para a reflexão em torno da desconstrução tradicional da forma de compreender os símbolos nacionais e suas representações bem como a construção da memória. Para esta monografia o projeto em questão é considerado uma ferramenta para o fomento de debates e planejamento de atividades transformadoras no âmbito do ensino de História.

**Palavras-Chave:** Pátria Amada Esquartejada, História, Memória, Educação, Ensino de História.

## Lista de Imagens

Imagem 1 – Capa do livro Pátria Amada Esquartejada.....	22
Imagem 2 – Abertura do bloco “O calendário da história” .....	33
Imagem 3 – Cartaz do bloco “O calendário da história” .....	34
Imagem 4 – Abertura do bloco “O (des)concerto das nações” .....	35
Imagem 5 – Cartazes do bloco “O (des)concerto das nações” .....	35
Imagem 6 – Abertura do bloco “Brasil, florão da América” .....	36
Imagem 7 – Cartazes do bloco “Brasil, florão da América” .....	36
Imagem 8 – Abertura do bloco “Um corpo esquartejado” .....	37
Imagem 9 – Cartaz do bloco “Um corpo esquartejado” .....	38
Imagem 10 – Abertura do bloco “Cada cabeça uma sentença” .....	39
Imagem 11 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença” .....	40
Imagem 12 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Meninos de Rua... 41	
Imagem 13 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Idosos. ....	42
Imagem 14 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Migrantes.....	43
Imagem 15 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Negros. ....	44
Imagem 16 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Trabalhadores. ....	45
Imagem 17 – Montagem da exposição no Parque da Independência.....	46
Imagem 18 – Entrevista no espaço de exposição .....	47
Imagem 19 – Ficha técnica da exposição .....	48
Imagem 20 – Detalhes do Monumento à Independência .....	50
Imagem 21 – Detalhes do Monumento à Independência .....	50
Imagem 22 – Detalhes do Monumento à Independência .....	51
Imagem 23 – Montagem de aula pública.....	52
Imagem 24 – Fachada da Escola Estadual da Cidade Industrial. Uberlândia. ....	68
Imagem 25 – Oficina “Quantas pátrias somos nós?” .....	72
Imagem 26 – Oficina “Quantas pátrias somos nós?” .....	73
Imagem 27 – Oficina “Quantas pátrias somos nós?” .....	74

## **Lista de Siglas**

CONDEPHAAT –	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo)
CONPRESP –	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
DPH –	Departamento de Patrimônio Histórico
IHGB –	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IPHAN –	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PAV –	Projeto Acelerar para Vencer
PIBID –	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
SMC –	Secretaria Municipal de Cultura
USP –	Universidade de São Paulo

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 1 – O livro Pátria Amada Esquartejada .....</b>	<b>18</b>
O projeto Pátria Amada Esquartejada .....	18
O livro Pátria Amada Esquartejada .....	21
“Nação, um lugar comum” .....	27
O parque da Independência: um altar revisitado .....	30
<b>Capítulo 2 – Pátria Amada Esquartejada em ação na cidade de São Paulo.....</b>	<b>32</b>
A exposição Pátria Amada Esquartejada.....	32
Visitas monitoradas ao Parque da Independência .....	48
Aulas públicas .....	51
O vídeo Pátria Amada Esquartejada.....	53
<b>Capítulo 3 – Educação e direito: História Social e ensino de história .....</b>	<b>57</b>
Identidade nacional brasileira: o que está em jogo? .....	59
Identidade e nação: sobre rigidez e transitoriedade.....	62
Relato de uma experiência: quantas pátrias somos nós? .....	64
A oficina .....	68
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>77</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>79</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>80</b>

## **Introdução**

A história se constitui um dentre diversos conceitos de interpretações do mundo, apropria-se dos processos, dando significados às manifestações que os constituem. Essas significações, por sua vez, são moventes e ressignificadas ao olhar e experimentações a que cada historiador se dispõe, não são absolutas nem inalteráveis, constituindo-se assim em diferentes interpretações do tempo e do espaço.

Antes de mais nada, é válido referenciar aqui minha trajetória de formação, como demonstrativo da jornada que me fez optar por discorrer sobre a temática que será apresentada nesse trabalho monográfico.

A minha graduação, desde o princípio, consolidou-se pela temática da educação e do ensino de História como viés norteador, marcada por uma trajetória que se caracterizou pela minha participação em grupos de pesquisas e em projetos institucionais que se sustentavam pela temática do ensino e da educação, fazendo com que a cada vez mais aumentasse meu interesse pela temática.

A partir do contato com a escola, seus fundamentos normativos e, essencialmente, com grupos de alunos e professores que a constituem, inúmeras indagações e aflições se fizeram em torno disso. E, assim, gerou em mim a necessidade de validar legitimamente o espaço escolar, o ensino e os sujeitos sociais, representando para mim uma afirmação da minha função social, a partir da minha escolha de seguir como professora de história.

Pela possibilidade de acesso ao conhecimento, obtido dentro de uma universidade pública, e por ter optado por uma paixão e crença pelo campo da História Social, esse trabalho se faz como agradecimento e militância nas crenças em que me afirmo e reafirmo hoje, sendo, para mim, a História Social o campo possível de transformação e diferença efetiva.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se constitui como um demonstrativo pautado em indagações teóricas e sensitivas de uma historiadora em formação, e desenvolvo minha escrita traçando minhas experimentações sensíveis e teóricas, que constituem minha formação de ser no âmbito pessoal, individual e social.



Diante do contato, as experiências vividas e debatidas dentro dos projetos e programas dos quais fiz parte, as indagações sempre foram diversas, sobre o conhecer e o reconhecer o âmbito educacional e o ensino de história, levando em consideração sempre os sujeitos que os constituem.

Fui integrante do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), de 2011 a 2015, sob a coordenação da Professora Regina Ilka, com a colaboração da Professora Marta Emisia Jacinto Barbosa e mais um grupo de oito colegas de graduação. Uma de nossas atividades dentro desse grupo foi vivenciarmos uma oficina com a participação da Professora Laura Antunes Maciel, da Universidade Federal Fluminense, que nos apresentou o projeto Pátria Amada Esquartejada. A Professora Laura Maciel era membro do grupo de professores do Departamento de Educação e Cultura do Município de São Paulo no ano de 1992, sendo uma das idealizadoras e coordenadoras do projeto Pátria Amada Esquartejada. Durante a atividade, a Professora apresentou a proposta central do projeto Pátria Amada Esquartejada para a equipe do PIBID, referenciando os eixos norteadores que guiaram as atividades desenvolvidas e os seus objetivos e resultados.

Durante sua apresentação, foi montada uma exposição com os cartazes usados nas atividades do projeto, como um demonstrativo palpável para nós, enquanto ouvintes da proposta, do que representaram as atividades do projeto Pátria Amada Esquartejada. A partir dessa atividade vivenciada por mim, inúmeras questões me foram postas, e senti a necessidade de produzir uma monografia que partisse de questões do presente, referenciando sujeitos históricos que muitas vezes são silenciados dentro das produções historiográficas e das ações governamentais institucionalizadas e fundamentalmente no protagonismo dos processos de ensino aprendizagem. Desde então, comecei a me interessar em compreender o projeto, suas propostas fundadoras e discorrer sobre ele.

A partir desse primeiro contato com o projeto Pátria Amada Esquartejada, debrucei-me sobre o que foi, sobre os propósitos que constituíram sua construção, atentando-me sobre seus objetivos e suas atividades.

Assim, me coloquei a refletir sobre um tema central inspirado nas questões levantadas dentro do projeto Pátria Amada Esquartejada, que é a identidade nacional brasileira e os discursos dentro dos processos de ensino na educação formal, analisando o livro didático e o discurso de profissionais da história e o seu reflexo na percepção dos alunos em torno desse conceito em contrapartida aos seus lugares sociais.

O que é exposto aqui é acima de tudo uma reflexão em torno de questões sociais que tangem a realidade brasileira, sem a pretensão de afirmações rígidas nem elucidações definitivas, é um demonstrativo do papel do professor e dos significados dos seus discursos, que acaba por nos direcionar a pensar o sentido da escola e do ensino de História na formação do sujeito crítico, pensar que a produção dentro desse espaço instituído como o “produtor do saber” vai muito além dos seus muros, faz parte do desenvolvimento humano dos sujeitos dessa nação brasileira.

Identidade, constituindo-se como um sentir humano, individual ou coletivo de pertencimento a um grupo num tempo e espaço, é um conceito construído socialmente, que acaba por ser determinante em relação a padrões de conduta social.

A construção de uma identidade coletiva acaba por ser influenciada por questões sobre lugar, gênero, religião, etnia, orientação sexual. Enfim, nessa perspectiva, me questiono sobre a identidade nacional brasileira. Um país de tamanha extensão territorial como o Brasil, com tanta diversidade cultural, será essa uma pátria Una? O que é ser brasileiro?

A identidade brasileira se constitui decorrente de um processo histórico, que transcende o cultural, se desmembrando em diversos aspectos do social; desde a independência (1822), simbolicamente marcada por um grito de Dom Pedro, às margens do rio Ipiranga, em São Paulo, que representa um herói nacional, que é representado em muitos livros e discursos como um ato corajoso e heroico, e que é a partir dessa ação que se origina o que conhecemos por “Nação Brasileira”.

O fundamento de construir uma identidade nacional brasileira vem por uma necessidade de coesão social, que acompanhe a existência de um Estado que administra todo o território nacional.

Assim, a manutenção de uma máquina administrativa comum a todo território foi o primeiro passo na construção da identidade nacional. Essa construção se faz para além de uma questão cultural, mas um ato político.

Esse processo construtivo se fundamentou sob esforços em diversos campos. A difusão de uma cultura brasileira comum, por discursos e práticas governamentais que camuflam a realidade social heterogênea, desigual, injusta, é uma forte ferramenta para a legitimação da ideia de brasilidade, de unidade de nação.

Desde a independência do Brasil em 1822, iniciou-se um processo de formação dessa identidade brasileira. Em 1838, criou-se o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que foi fundado a princípio sob duas vertentes: a primeira, para colher e divulgar

documentos relevantes para a história do Brasil; e, a segunda, para estimular o ensino público de história. Esse processo de construção indenitária ganhou um impulso maior na década de 1930 com as políticas nacionalistas de Getúlio Vargas.

O presente trabalho se estruturou a partir da análise do projeto Pátria Amada Esquartejada, idealizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) e pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, desenvolvido durante o ano de 1992, na cidade de São Paulo, enquanto a mesma estava sob a gestão da Prefeita Luisa Erundina.

Tratou de um projeto composto por uma sequência de atividades que se articularam entre si, uma exposição, aulas públicas, um documentário e um livro, sendo esses últimos o resultado e o relato do que foi e do que pretendeu o projeto.

Assim, essa monografia se funda sobre a apresentação do projeto Pátria Amada Esquartejada, o contexto político de seu desenvolvimento, seus resultados e objetivos, colocando o mesmo como possibilidade para reflexões sobre memórias, sujeitos e símbolos nacionais. O projeto Pátria Amada Esquartejada é aqui considerado também como uma ferramenta para a desconstrução de reproduções sobre nação e símbolos dentro da historiografia tradicional e do ensino de história.

Como falar de uma nação brasileira no singular, representada por símbolos grandiosos de poder? Como falar de unidade com tamanha diversidade? Como falar em um ser brasileiro, com tanta gente marginalizada?

Essas questões são fundamentos que constituíram o desenvolvimento desse trabalho, se apresentam em respostas a partir da análise do projeto Pátria Amada Esquartejada, e serão apresentadas nos capítulos a seguir.

Abordar criticamente os grandes mitos, grandes homens e grandes feitos da nação é uma ação que conduz à reflexão sobre visões tradicionais da historiografia, que muitas vezes são reiteradas pelo ensino oficial.

Assim, o que busco com esse trabalho, e que muito bem foi elencado dentro da proposta do Pátria Amada Esquartejada, é que, da mesma forma que a partir do conhecimento histórico podemos relativizar os grandes feitos e os símbolos nacionais, a construção da memória pode e deve ser reestruturada.

Se faz necessário debater sobre os significados políticos e as dimensões sociais que os conceitos e os símbolos de representação da nação constituem e que, por consequência, acabam forjando uma narrativa de memória excludente. Se faz necessário, sob o viés afetivo construído ao longo do tempo em torno do nacionalismo, pensar na ambiguidade dessas construções.

Desvestir-se da cegueira romântica que se forja multifacetadamente pelas representações simbólicas, nas narrativas e nos símbolos nacionais, é um caminho traçado dentro do projeto Pátria Amada Esquartejada.

Esse trabalho busca pensar as relações entre história, memória, poder e ensino em torno do tema nação. E afirmar o esquartejamento da pátria amada é aqui reconstruir o lugar da memória e procurar escutar a voz do povo.

Se o projeto Pátria Amada Esquartejada tornou-se pra mim uma espécie de linha norteadora para o desenvolvimento deste trabalho, os questionamentos levantados aos sujeitos que participaram do projeto me serviram de inspiração para desenvolver uma oficina em uma escola pública na cidade de Uberlândia, questionando ao grupo de adolescentes com que tive contato na escola a respeito de sua percepção de nação e de ser brasileiro.

Pensando na experiência cotidiana e na abstração do sentido de nação, na vivência social, partindo da perspectiva, por exemplo, de o significado da cidade ser uma ideia palpável uma vez que estamos inseridos numa. Porém, por exemplo, o sentido de Estado é ideológico, não é palpável bem como o de Nação, o de Ser brasileiro, deslocar, ouvir as pessoas tanto nas oficinas bem como nas estradas que caminhei, nas cidades que desconhecia me ampliou o sentido de territorialidade espacial como determinante na formação do que entendo por identidade.

Questionei-me acerca da constituição da identidade nacional, na oficina desenvolvida o sentido desse “ser brasileiro” se apresentou em perspectivas distintas, e o que me chama atenção pra a análise é o quão o conhecimento histórico construído a parti do debate, influenciou nas percepções que se apresentaram, no primeiro momento falavam de identidade sob a perspectiva, rígida, fixa e imutável, e ao curso da atividade as falas se tornavam mais brandas, reflexivas, problematizadas.

Penso, que a desconstrução da história nacional positivista se faz necessária, vejo correspondências dessa pratica quando desenvolvida em sala de aula um planejamento que se direcione na desconstrução dos grandes discursos de uma classe dominante, não só para trabalhar a História do Brasil, mas a história como um todo.

A construção de algumas abstrações é o resultado da abordagem reproduzida a décadas nos programas de história, que acaba por construir uma identidade irreal do país, camuflando as desigualdades sociais e unificando a referência de identidade.

Me pautei sobre o reconhecimento da diversidade de experiências que carregam os alunos, dentro de uma sala de aula e a relevância de enquanto educador ponderar e reconhecer essas diferenças, para construir um conhecimento embasado na troca, onde o saber desenvolvido dentro de sala de aula constitua-se democraticamente pela construção horizontalizada.

Me indaguei sobre a imutabilidade das identidades em contrapartida a rigidez das unidades delas, questionei sobre minha própria identidade e na busca de um (re)conhecimento dela segui caminhando em busca de pessoas e espaços que essencialmente constitui o "ser brasileiro".

Como falar em uma nação una, com tanta desigualdades, tantas caras e distintas crenças? Como falar em uma identidade pura e fixa, estagnada? A experiência de caminhar em territórios desse Brasil, ouvir relatos de quem está a margem, de quem não tem acesso a direitos básicos de cidadania num país carregado de diversidade cultural, que exclui o negro, o velho, o indígena, o trabalhador, o pobre, o gay essa nação é mesmo una?

Ouvir das pessoas a respeito do que é a nação brasileira, reafirma a necessidade de um enfrentamento frente aos conceitos presentes em livros e discursos tradicionais, o símbolo dessa nação deve ser a diferença.

A lógica da nação brasileira é marcada pela supressão de direitos, e é uma função lutar pela transformação dessa lógica errada, presenciar essa tragédia parado é negar humanidade.

Proponho-me com esse trabalho demonstrar a possibilidade de construção das historicidades tendo como referência os olhares que trombamos, os cheiros sentidos, os afetos recebidos, a desigualdade vista, a carência e exclusão de grupos a partir da experiência em sala de aula.

Apresentando a partir das bagagens que carreguei pelo contato com alunos, professores, em espaços de ensino a identidade brasileira, que não é estagnada nem legitimada pelos territórios muito menos pelos mitos que rodeiam a história nacional legítima desde feriados até os livros didáticos.

# **Capítulo 1**

## **O livro Pátria Amada Esquartejada**

### **O projeto Pátria Amada Esquartejada**

Pátria Amada Esquartejada foi um projeto desenvolvido no ano de 1992, no Brasil, na cidade de São Paulo, pela Secretaria Municipal de Cultura e pelo Departamento de Patrimônio Histórico, como parte da programação “500 anos: Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro” de abril a setembro de 1992. Norteado pelo tema “nação”, como eixo central de reflexão para direcionamento de um debate social, constituiu-se com a promoção de uma exposição e de aulas públicas que aconteceram em pontos estratégicos e variados da cidade de São Paulo. Surgiu com o objetivo de questionar os sentidos das representações simbólicas, os símbolos nacionais, esses que, segundo Marilena Chauí, surgem como instrumentos que camuflam a diversidade e as distâncias sociais. O sentido dos símbolos e dos discursos em torno deles toca a subjetividade, dá sentido ao sentimento de unidade e pertencimento, de comum e igual, com isso os objetos e expressões

Durante os anos de 1989 a 1992, a prefeitura da cidade de São Paulo esteve sob a administração da prefeita Luiza Erundina, e as interseções de sua administração se relacionam diretamente com o desenvolvimento do projeto Pátria Amada Esquartejada, visto que foi durante essa gestão que o mesmo se desenvolveu.

A administração da prefeita Luiza Erundina de Sousa iniciou-se em 1989 e foi concluída em dezembro de 1992. Oriunda de movimentos populares e vinculada ao Partido dos Trabalhadores, a gestão de Erundina marcou a história política do Estado, visto que representou um rompimento a tradição direitista dos governos da cidade, representou um marco, pois foi a efetivação de um governo de esquerda na administração de uma das cidades de maior referência e influência no país.

Essa gestão desenvolveu uma proposta administrativa embasada na democratização, implantou uma proposta política comprometida com o social, valorizando a participação popular nos diversos setores da sua administração. Foi uma

proposta governamental que buscou o resgate e a valorização das experiências socioculturais.

O Departamento do Patrimônio Histórico, naquele momento, era dirigido pela Historiadora Déa Ribeiro Fenelon e a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo pela Filósofa Marilena Chauí.

A Professora Déa Ribeiro Fenelon foi uma historiadora brasileira que deixou um legado de referência para o campo da História Social, com uma trajetória de militância movida pela valorização das minorias, do ensino de história, da memória cultural e do patrimônio. Durante a direção da Professora Déa Fenelon, o DPH se caracterizou por uma política de vinculação entre memória cultural e cidadania.

A construção historiográfica desde o século XVIII comporta vários métodos e correntes de pensamento para o seu desenvolvimento, a história é uma fonte de compreensão de si e do mundo, que permite transformações sociais efetivas a partir do ponto vista crítico. Tomar conhecimento da realidade e do papel social do homem é um princípio revolucionário que possibilita a ressignificação da realidade, rompendo as disparidades que fundamentam as sociedades capitalistas; o conhecimento histórico é o motor para a formação da criticidade e para o desejo de justiça social.

A história tem o papel de questionar e reconstruir a realidade, visto a possibilidade que ela nos dá de desenvolver a criticidade e a consciência do papel individual e coletivo dos sujeitos, da conscientização da sua função e importância histórica.

A História Social, por sua vez, surge movida pelo viés de dar voz e protagonismo aos grupos vistos como minorias, injustiçados pelos discursos tradicionais cristalizados que unificam e padronizam. Surge para enfrentar formas de pensar a história na finalidade de direcionar os papéis individuais e coletivos, produzidos e mantidos pelos discursos cristalizados que se instauram no imaginário e dão origem a tradições que fortalecem a estagnação de grupos em posições injustas e desiguais.

Guiada por esse eixo questionador, constitui-se a proposta desse trabalho, a utilização do material do projeto Pátria Amada Esquartejada enquanto fonte que possibilita a reflexão em torno de questões referentes a cultura, patrimônio e memória e os lugares sociais das minorias na história e na realidade contemporânea do Brasil. Pensar os símbolos, suas representações, em contrapartida ao lugar social que se ocupa, promovendo conjuntamente e mutuamente o desenvolvimento humano de todos os envolvidos nos processos de ensino aprendizagem.

O projeto Pátria Amada Esquartejada foi coordenado pela Professora Laura Antunes Maciel e pelo Professor Júlio Assis Simões, e se desenvolveu através da promoção de atividades culturais: exposição de história e aulas públicas em pontos estratégicos da cidade de São Paulo. Guiados por um eixo central, que foi conceito de nação, se construiu debates. junto à população da cidade Como resultado final, foi produzido durante o desenvolvimento do projeto o livro intitulado Pátria Amada Esquartejada e também um vídeo documentário composto pelo registro de parte das atividades desenvolvidas durante o projeto e de entrevistas com participantes, configurando-se, assim, o que foi o projeto Pátria Amada Esquartejada.

A proposta do projeto direcionou-se sobre questionamentos dos símbolos nacionais, tomando como partida as datas comemorativas do ano de 1992, que traziam o nacionalismo como referência. Por essa razão, as atividades públicas promoveram a discussão sobre “pátria”, “nação”, “símbolos” e “realidade social”.

Foram blocos de atividades divididas entre uma exposição em espaços públicos da cidade e aulas públicas; formuladas sob eixos temáticos. Debateu-se publicamente a construção do sentimento afetivo pela nação e os símbolos nacionais, em contrapartida ao cotidiano do povo brasileiro.

Como bem sabemos, a realidade do Brasil se constitui historicamente sob a desigualdade, com a marginalização dos grupos postos como minorias por uma elite dominante. Assim, duas questões moveram o desenvolvimento do Pátria Amada Esquartejada: o que é ser brasileiro?; quantas pátrias somos nós?

Através das aulas e da exposição, com o contato direto com a população, o Projeto Pátria Amada Esquartejada se afirmou como uma tentativa de construir de modo sistemático a conscientização crítica dos sujeitos, pensando os lugares sociais que os “brasileiros” ocupam nessa nação e na historiografia oficial, construída para falar de uma “Pátria Amada, Brasil”.

O DPH abriu para a população da cidade a possibilidade de reflexão sobre os símbolos nacionais, promovendo uma reflexão crítica dentro das aulas e a partir da exposição também. Abriu a possibilidade de ressignificar as referências e pensar sobre o lugar social que ocupa dentro da história tradicional narrada, essa que muitas vezes se constitui na afirmação das simbologias de representação que não consideram a realidade social do país, criando um olhar romântico e unificado pra uma realidade desigual, fundida na diferença e não na homogeneidade.



A partir do questionamento e da problematização historiográfica, foi possível repensar a unidade nacional que os símbolos e heróis formulados carregavam naquele momento. Pátria Amada Esquartejada foi um projeto que abriu a palavra aos silenciados na cidade de São Paulo, criando espaço para que se reposicionassem e falassem sobre seus papéis sociais, reconhecendo-se enquanto sujeitos ativos e transformadores da realidade que viviam.

Como resultado do Projeto Pátria Amada Esquartejada, para além dos cartazes da exposição e das reflexões que surgiram, foi editado um livro, intitulado com o nome do Projeto, e um vídeo, também com o mesmo nome, a partir da gravação das aulas públicas que aconteceram durante seu desenvolvimento.

Esse material foi distribuído para todas as escolas da rede municipal da cidade, como uma ferramenta de uso para os professores, uma fonte para inspira-los em atividades e projetos dentro dos espaços escolares.

### **O livro Pátria Amada Esquartejada**

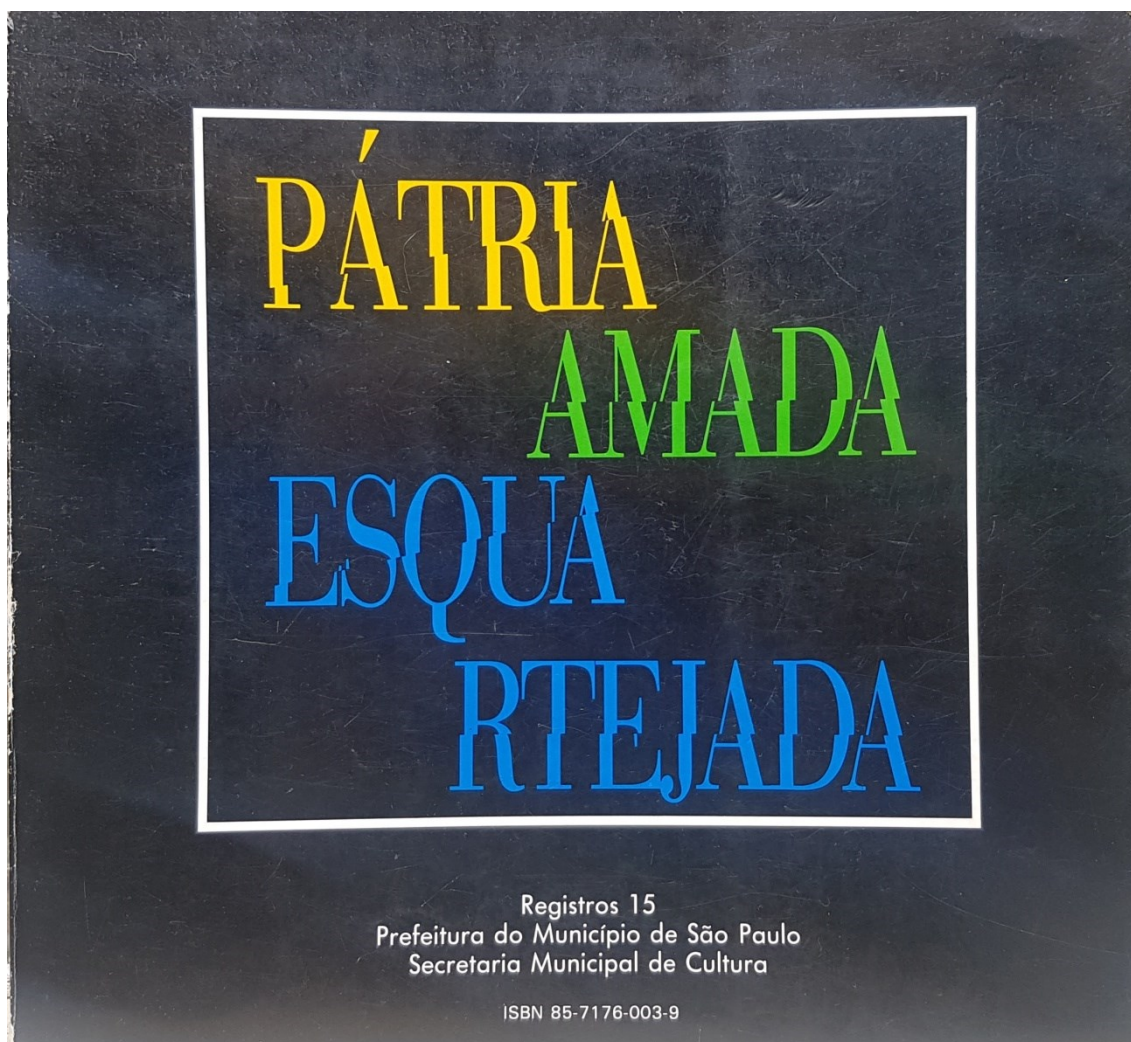
A apresentação do livro Pátria Amada Esquartejada foi escrita pela Professora Marilena Chauí, Secretária Municipal de Cultura. Trata-se de um texto que nos mostra sucintamente o que foi o projeto, contextualizando e norteando o que será apresentado no decorrer do material.

Chauí discorre sobre a construção dos símbolos nacionais como ferramentas para forjar identidades, referencia as cores da bandeira brasileira e seus significados simbólicos em contrapartida às desigualdades sociais:

Todo mundo, de uma forma ou de outra, é verde-amarelista. A seleção do Brasil” é canarinho”. Políticos, para se elegerem, fazem campanha com as cores nacionais. Mas neste país, que se representa tão rico na bandeira, existe muita miséria: os sem-terra, os sem-teto, os migrantes que tem que abandonar suas regiões de origem, as mulheres, as crianças de rua, os negros discriminados, os índios- vítimas de um genocídio que já dura cinco séculos-, os favelados, os office-boys pendurados no trem e morrendo como surfistas do asfalto, os idosos aposentados que não conseguem sobreviver com o que ganham, os loucos internados em condições desumanas. (CHAUÍ, 1992a, p. 7)

A frase que finaliza a apresentação do livro é extremamente simbólica e impactante: “quantas Pátrias somos nós?”

**Imagem 1 – Capa do livro Pátria Amada Esquartejada**



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a.

A grande questão, que leva à afirmativa de que a Pátria Amada está esquartejada, é justamente que os símbolos de representação não valem para todos: como dizer à nação brasileira no singular em meio a tanta diferença?

Um outro trecho do livro, a *Introdução*, se apresenta como uma explicação acerca do que foi e de como se desenvolveu o projeto Pátria Amada Esquartejada. São nove páginas que, entre textos e imagens, descrevem com detalhes e cronologicamente a constituição do Pátria Amada Esquartejada.

Apresenta os desdobramentos do conjunto de atividades desenvolvidas no projeto, que tomou como eixo o tema da Nação, discutindo seus significados e suas dimensões sociais a partir dos símbolos de representação nacional.

No texto *Nação, um lugar comum*, faz-se pensar sobre uma ambiguidade em torno do conceito de nação, busca-se dessacralizar os sentidos afetivos ligados à pátria, que os sentimentos de amor à pátria não impeçam nossa capacidade de enxergar as desigualdades e injustiças que constituem a realidade brasileira:

Ao menos neste caso, é melhor que o amor não seja cego. Afinal, como diz a canção de Caetano Veloso, vivemos na “mais triste nação, na época mais podre...” (SÃO PAULO, 1992a, p. 9)

Pátria Amada Esquartejada apresentou os símbolos de representação nacional de modo invertido, como ponto de partida para questionamentos que permitiam reinventá-los, dando a esses símbolos novos significados.

Na introdução, a estrutura do livro é apresentada do seguinte modo:

- 1- Tiradentes e a Nação esquartejada.
- 2- Nação, um lugar comum.
- 3- Exposição: Pátria Amada Esquartejada
  - 3.1- O calendário da História
  - 3.2- O (Des) concerto das nações
  - 3.3- Brasil, florão da América
  - 3.4- Um corpo esquartejado
  - 3.5- Cada cabeça uma sentença
- 4- O Parque da Independência: um olhar revisitado.

De acordo com o texto introdutório, as atividades desenvolvidas no projeto buscaram atingir um público diferenciado, professores, estudantes da rede pública municipal, estadual e privada, dando ênfase à rede municipal, movimentos sociais organizados da cidade de São Paulo, além do público mais amplo os habitantes e transeuntes da cidade.

De acordo com o texto, essas atividades foram:

- a) a exposição Pátria Amada Esquartejada;

- b) as visitas monitoradas ao Parque da Independência<sup>1</sup>;
- c) as aulas sete públicas realizadas ao longo dos meses de maio, junho, julho e agosto de 1992;
- d) o vídeo gravado com a apresentação de Marilena Chauí, trechos de falas de cada palestrante das aulas públicas, depoimentos do público presente, fotografias e narrações da locutora.

A composição do livro contém texto da historiadora Silvia Hunold Lara, intitulado *Tiradentes e a nação esquartejada*. Trata-se de uma reflexão sobre a construção do mito de Tiradentes.

Inicia sua narrativa referenciando-se ao processo de julgamento de um grupo que pretendia através de rebelião, constituir uma república independente na região de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, julgamento esse que durou vinte e nove meses. Em 1792, o tribunal da Relação do Rio de Janeiro deu o veredito, seguindo as instruções de uma carta da Rainha D. Maria I, que o condena à forca e ao esquartejamento.

... condenam o réu Joaquim José da Silva Xavier, por acunha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da capitania de Minas, a que com baraço e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, aonde no lugar mais público dela será pregada em um poste alto até que o tempo à consuma; o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em postes pelo caminho de Minas, o sitio da Varginha e de Cebolas, aonde o réu teve suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoação, até que o tempo também os consuma.

Declaram ao réu infame. E infame seus filios e netos, tendo-os os seus bens aplicam para o fisco e câmara real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, e que nunca mais no chão se levantará um

---

<sup>1</sup> Parque da Independência: Localizado no Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, especificamente na Colina do Ipiranga, junto ao Riacho do Ipiranga. É considerado um marco histórico nacional em razão de a historiografia registrar que foi ali que D. Pedro I declarou o país independente de Portugal em 1822. É tombado como patrimônio histórico pelo CONDEPHAAT, CONPRESP e IPHAN. Em sua área está a Casa do Grito (SMC), o Monumento da Independência e Cripta Imperial, o Museu Paulista e, nos limites, o Museu de Zoologia (USP). Ver: SÃO PAULO (cidade). **Prefeitura de São Paulo**: verde e meio ambiente. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/parques/regiao\\_sul/index.php?p=5747](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_sul/index.php?p=5747)>. Acesso em: 3 dez. 2018.

padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu. (LARA, 1992a, p. 19)

Silvia Lara destaca que, tendo sido cumprida a sentença, o réu Joaquim José da Silva Xavier foi executado e esquartejado, sendo expostas as partes do seu corpo; sua casa demolida e o terreno arado e salgado; seu nome e o de seus descendentes infamados; e seus bens confiscados.

Mais que a morte física, a sentença buscava apagar a memória do réu: deve não devia restar nada a ser lembrado. Seus restos mortais seriam devorados pelos bichos. (...) Em seu lugar, apenas um padrão em pedra reafirmaria a glória do poder Real. (LARA, 1992a, p. 20)

A autora segue o texto discorrendo sobre os valores e significações constituídos sobre a figura de Tiradentes e sobre como a ditadura militar reconfigurou a imagem de Tiradentes, reafirmando a ele um valor simbólico, construindo a figura dele como símbolo nacional.

Referencia também o decreto da Lei nº 9208, de 29 de abril de 1946, assinada por Getúlio Vargas no final do Estado Novo, que instituiu o dia 21 de abril como dia das polícias civis e militares, por considerar que os serviços patrióticos prestados por Tiradentes deviam constituir um paradigma para os que exercem funções de defesa e segurança nacional. E lembra que, antes disso, em 1890, havia sido declarado o dia 21 de abril como feriado nacional.

Pode se afirmar que foram os Republicanos os responsáveis pela construção da figura mística de Tiradentes. Durante a segunda metade do século XIX, havia uma luta simbólica entre a figura de D. Pedro I e Tiradentes, que revestia a luta entre Monarquistas e Republicanos. (LARA, 1992a, p. 22)

Ressalta que o perfil de Tiradentes que prevaleceu foi de herói, como um mártir que congregou diferenças, uma figura cívico-religiosa que representa a nação.

Assim da figura heroica engendrada pelos propagandistas da república, que marcavam a luta antimonárquica e exaltavam o caráter rebelde,

plebeu, humilde e popular de Tiradentes, chegamos aos anos 90 do século XIX, a um herói cívico religioso, menos jacobino; ao mártir integrador, portador da imagem de um povo inteiro. (LARA, 1992a, p. 23)

De acordo com Silvia Lara, se, por um lado, Tiradentes é a representação material do simbolismo construído do representante mártir brasileiro e sua figura representa planos generalizantes nos quais o apelo cívico-religioso foi a mola mestra; por outro lado, por trás da figura construída de Tiradentes, estão subjacentes muitas possibilidades de leitura. Tiradentes é uma forte figura no plano simbólico, construída sob a tríade “formadora da nação”, da independência, da abolição e da república. Portanto, segundo Lara, é necessário lançar um olhar historicizado por trás dessa mitificação.

A desconstrução dessa imagem mitificada permite flagrar diferentes operações de afirmação do poder na e através da memória. O aniquilamento total pretendido pelo poder real em 1792, a glorificação com sentidos diversos, empreendida por monarquistas, pelos vários setores do movimento republicano, a unificação nacional em torno do herói no início da República, durante o Estado Novo e a Ditadura Militar, o senso comum que impregna os livros didáticos e as opiniões de quase todos hoje em dia, constituem um manancial a ser explorado em termos das relações entre história e política, memória e poder. (LARA, 1992a, p. 26)

Refletir sobre as muitas versões que compõem a história do Brasil, destacando as várias imagens construídas sobre os grupos das minorias, indígenas, negros, movimentos populares, compondo um rico eixo de reflexão “capaz de caminhar a contrapelo da tradicional relação com o passado promovida pelos meios de comunicação de massa, que se resume à comemoração das efemérides.” (LARA, 1992a, p. 27)

O esartejamento de Tiradentes, dentro da proposta do projeto Pátria Amada Esartejada, representou o avesso da imagem tradicionalmente construída, representou a dilaceração da nação brasileira.

O herói da liberdade (no singular) esconde e oculta histórias de lutas por liberdade radicalmente diversas. (LARA, 1992a, p. 27)

O projeto Pátria Amada Esquartejada pretendia, portanto, combater simbolicamente a ideia de uma nação una e homogênea, ressaltando o que foi ocultado, marginalizado e esquecido, reavivar a memória de lutas e evidenciar o perigo de uma concepção orgânica da sociedade.

### **“Nação, um lugar comum”**

Esse é o título do texto seguinte, de autoria da historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, que trata de esclarecer e fazer refletir sobre o conceito de Nação. Dessacralizando, em sua composição, os sentidos afetivos que norteiam o que entendemos por pátria:

Neste sentido, um forte investimento simbólico foi empreendido como forma de construir algum tipo de identidade e coesão nacionais. Procurou-se criar uma ideia de nação acima das diferenças e das diversidades. (CUNHA, 1992a, p. 34)

A construção da ideia de Nação no Brasil foi forjada e construída sob uma historiografia oficial que foi se constituindo, criando uma memória da nação.

No período imperial a simbologia da pátria voltou-se para a exuberância dos trópicos, enaltecendo a bandeira e as representações contidas em suas cores, o ouro e a floresta, por exemplo; enquanto Tiradentes foi resgatado como símbolo da nação no período da República, já no final do século XIX.

No período imperial, assim como na República, ocultaram-se as diferenças reais que compunham a nação, intencionalmente episódios da nossa história foram esquecidos e foram inventadas tradições para forjar uma nacionalidade homogênea.

A partir deste tipo de análise, uma longa sucessão de debates e iniciativas atravessaram décadas do pensamento e da política brasileira. A “alma do povo” foi dissecada, perscrutada em várias direções, definida e redefinida na busca de uma identidade capaz de solidificar a imagem da nação. (CUNHA, 1992a, p. 36)

Durante o Estado Novo, o carnaval se tornou o ritual de louvação dos simbolismos nacionais, criando forjadamente referências de assimilação sobre o que é ser brasileiro. A experiência de ser brasileiro se faz pela simbologia criada e a nação se incorporando nesse forjamento estruturado.

Ao longo do texto, Maria Clementina Cunha nos apresenta uma reflexão contundente, de que as constituições das nações são fenômenos essencialmente duais, como vemos no trecho que segue:

Foram construídas a partir do alto, mas não podem ser compreendidas sem os pontos de vista, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, submetidas ao intenso bombardeio simbólico. Se não queremos fazer da história a biografia das nações, será necessário tentar entendê-la a partir de outros parâmetros: verificar como ela é vivenciada e compreendida, não pelos governos ou pelos agentes do nacionalismo em seus vários matizes, mas pelas pessoas que são objeto de sua ação e de sua propaganda. Em grande medida, é necessário duvidar da eficácia absoluta desta identidade produzida. Até que ponto devemos supor que para maioria das pessoas a identidade nacional, se é que efetivamente existe, exclui ou é superior às demais identidades que constituem as sociedades humanas? E como, particularmente, esta pergunta se desdobra em dimensões políticas capazes de desvendar alguns significados de um país como o Brasil, com sua trajetória de exclusões, de privação de direitos, de ausência de cidadania para uma maioria que nunca se perguntou sobre esta dura experiência de ser parte da nação? (CUNHA, 1992a, p. 37)

É a partir dessas questões que se configura a ação para o desenvolvimento do projeto Pátria Amada Esquarteja, pois é o ponto de partida que move a ida às ruas e a formulação das questões e do diálogo construído com as pessoas na cidade, no sentido de conversar e investigar a “cara” dessa nação, ouvindo a voz das pessoas sobre o sentimento e os sentidos do que é “ser brasileiro”.

As respostas sobre a questão são, em grande parte, conflituosas, visto que a perspectiva das pessoas se constitui entre o que se aprende nas aulas de civismo e a experiência cotidiana de viver no Brasil. A partir de entrevistas feitas durante as aulas



públicas, a professora Maria Clementina Cunha demonstra a relativização contida no discurso dos brasileiros em relação ao sentimento de pertencimento.

Há outras identidades que se diferenciam da construída para a nação, e parecem mais fortes e legítimas. Abrir um microfone nas ruas significa dar voz a questões e sentimentos que se sobrepõem a construções cívicas. A noção de que a pátria não distribui direitos e de que a grandiosidade da nação construída não é capaz de obscurecer as diferenças e não se sustenta no cotidiano:

Pátria Amada Esquartejada. Julgávamos que esta expressão teria de ser cuidadosamente explicada ao nosso público das ruas, mas ela era rapidamente compreendida em todo o seu significado. Mas nem sempre esta visão vem acompanhada, como gostaríamos, da ideia de que é preciso enfrentar as carências com as armas disponíveis na própria sociedade: o hábito longamente sedimentado de esperar que governos ou políticos tragam a solução conduziu os brasileiros a um descrédito profundo e corrosivo. Privados de seus direitos elementares, os brasileiros não se sentem “cidadãos”, ou “povo soberano. (CUNHA, 1992a, p. 39)

A emoção que tomou conta durante as aulas públicas foi se constituindo processualmente, pois, no início das aulas, se enfrentou uma certa desconfiança do público, mas as discussões foram capazes de seduzir os grupos desconfiados e agradá-los com a descoberta de si mesmos.

A construção da narrativa das experiências das aulas públicas feita pela professora Maria Clementina é emocionante de se ler, mostra que as diferenças de todos os "brasileiros" e apareceu em seu pleno significado, afirmando identidades possíveis.

Ao fim da última aula pública pendurou-se na fachada do teatro Municipal uma imensa epigrafe com versos de Caetano Veloso: “eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem, apenas sei de diversas harmonias bonitas possíveis sem juízo final.” Representou a iluminação de um público silenciado e a expressão da afirmação do sonho de um grupo que naqueles instantes iluminaram abrindo a palavra ao povo historicamente silenciado.

## **O parque da Independência: um altar revisitado**

Esse é o título do texto que finaliza o livro. Trata-se de uma apresentação das visitas monitoradas que aconteceram nas casas históricas da cidade de São Paulo e ao Parque da Independência durante a exposição do projeto Pátria Amada Esquartejada.

O texto dá enfoque ao roteiro de visitas ao Parque da Independência, organizadas pelo Serviço Educativo da Divisão de Iconografia e Museus, e que visavam um novo campo para a problematização do saber tradicional, apresentando-se como uma espécie de alternativa para o ensino de História.

Partindo do pressuposto das visões tradicionais da História presentes nos processos de ensino aprendizagem, as visitas possibilitavam a reflexão crítica, fazendo com que professores e alunos se percebessem enquanto sujeitos de mudanças, visto que tomavam a consciência da História enquanto processo construído.

As visitas ao Parque da Independência levavam em conta no seu roteiro, vários elementos do espaço, não apenas a exposição Pátria Amada Esquartejada, como se vê na parte do texto que segue:

Tendo em vista o enfoque do projeto Pátria Amada Esquartejada, centrado no debate sobre o tema da nação, privilegiamos em 1992 o roteiro de visitas monitoradas ao Parque da Independência, levando em conta os vários elementos deste espaço: o fato de permitir abordagens criativas e diferenciadas sobre os muitos significados que podem ser atribuídos ao ícones que ali se encontram reunidos(museu, jardim afrancesado, horto botânico, casa do Grito e o próprio monumento, ladeado pelo riacho do Ipiranga); por ser um bom ponto de partida para se questionar e problematizar conceitos referentes a datas, símbolos e heróis que reiteram uma concepção unívoca e harmônica da nação e da história; finalmente, por possibilitar diferentes leituras acerca da multiplicidade de suportes que a memória histórica comporta. (SÃO PAULO, 1992a, p. 155).

Foram produzidos materiais de apoio para os visitantes, um cartaz que orientava a proposta da visita, construindo um roteiro e levando à reflexão sobre o Parque da Independência para apresentar o parque como espaço construído com um cenário que ressalta uma memória na qual a nação é personagem central.

A proposta foi de repensar os sentidos dados pelos símbolos nacionais e pelos discursos políticos. As monitorias durante as visitas ao Parque não foram um mera apresentação dos monumentos presentes ali, mas um momento de reflexão, de problematização dos símbolos que constroem a memória do Brasil:

A abordagem crítica dos grandes mitos e heróis da nação foi compreendida como uma alternativa bastante instigante, exatamente porque rompia a monotonia das visões tradicionais da história reiteradas pelo ensino oficial. Isto abria espaço para a compreensão de que, da mesma forma que o heroísmo dos grandes personagens deve ser relativizado, a própria construção da memória histórica pode ser questionada e reelaborada. (SÃO PAULO, 1992a, p. 159).

Essa experiência torna clara a importância da busca de alternativas em atividades diferenciadas dentro do processo de ensino-aprendizagem, como estratégias possíveis para o desenvolvimento da reflexão e, talvez, para a transformação da educação formal. Propondo o exercício da reflexão histórica como exercício de cidadania, essa atividade questionou o caráter sagrado da história.

## **Capítulo 2**

### **Pátria Amada Esquartejada em ação na cidade de São Paulo**

#### **A exposição Pátria Amada Esquartejada**

A exposição Pátria Amada Esquartejada ficou aberta à visitação no Parque da Independência em São Paulo durante o ano de 1992. Foi composta por 40 painéis, contendo textos e imagens que trouxeram reflexões sobre a multiplicidade contraditória de diferentes versões da História do Brasil. Um trecho da introdução que explicita bem o caráter da exposição é o que segue:

Nela destacam-se a reflexão em torno da simbologia contida nos heróis nacionais e “datas magnas” da nacionalidade, e o processo de ocultamento de dimensões da experiência social na construção da memória e da história como biografia da nação. (SÃO PAULO, 1992a, p. 10).

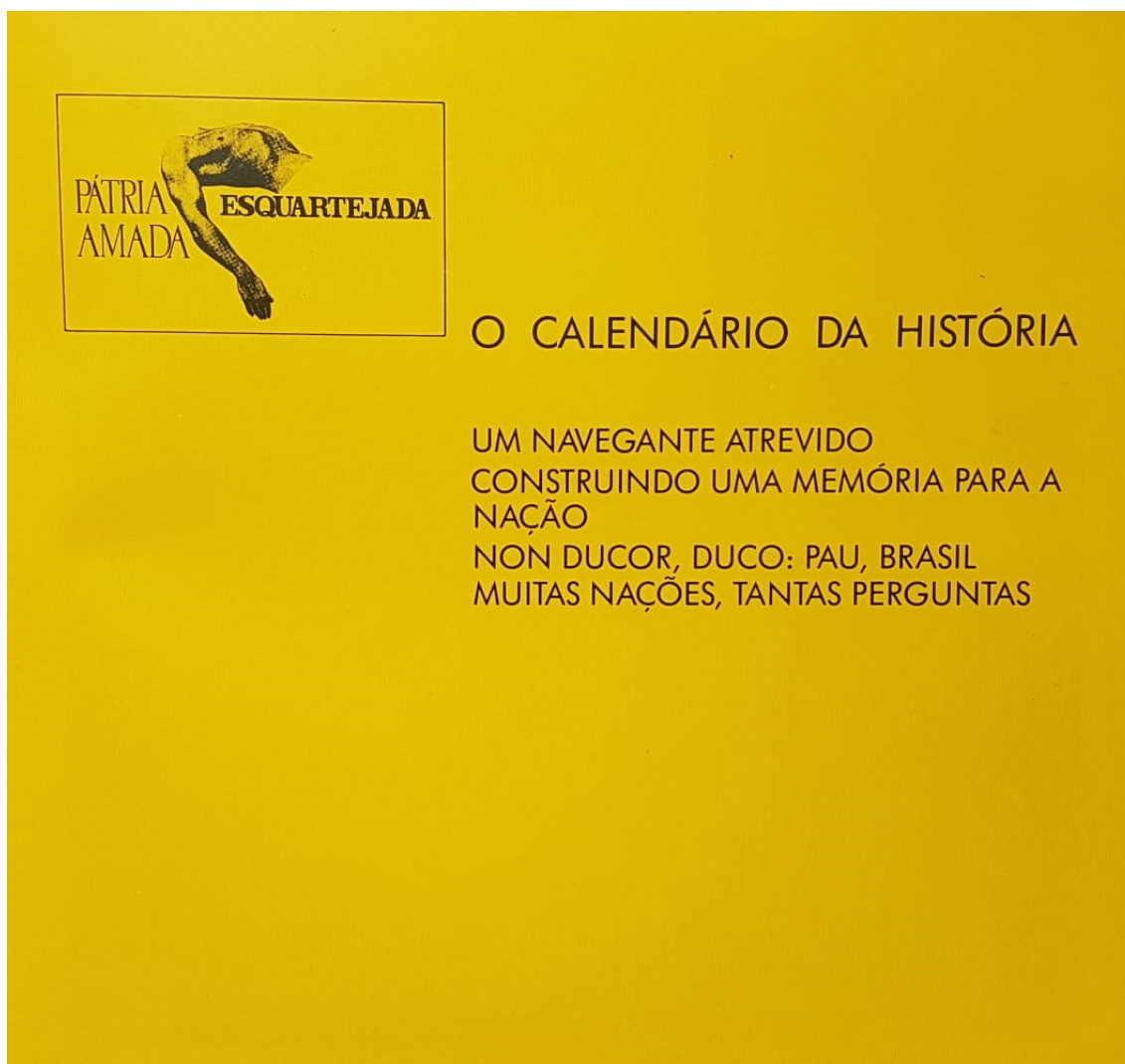
Nesta monografia, a exposição é considerada a coluna direcionadora do projeto. Com a compreensão da reflexão proposta a partir dela, se entende a essência estrutural da ideia e das ações do projeto Pátria Amada Esquartejada idealizado pelo DPH. E, por se tratar de uma exposição, é imprescindível apresentar suas imagens para ampliarmos esse entendimento. As imagens não dizem por si só, mas, quando visualizamos as imagens e os textos escolhidos para compor esse trabalho, percebemos a reflexão pretendida: a discussão se constituiu pelos contrapontos dos textos com as imagens, e em contrapartida à realidade dos visitantes.

Como o livro resultante do projeto foi a fonte principal para o desenvolvimento dessa monografia, utilizarei de imagens contidas nesse material, apresentando a capa de cada bloco da exposição e uma imagem de um dos cartazes que compõe cada bloco.

Os 40 painéis foram organizados em cinco blocos, como uma espécie de capítulos de uma narrativa, identificados por cores.

O primeiro bloco intitulava-se “O calendário da História”. Teve como objetivo debater os significados cronológicos carregados pelas datas comemorativas, questionando as celebrações e os significados contidos nessa ideia, desconstruindo o sentido natural de Nação, apresentado como resultado de um processo social e não natural.

**Imagem 2 – Abertura do bloco “O calendário da história”**



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 49.

### Imagem 3 – Cartaz do bloco “O calendário da história”

## CONSTRUINDO UMA MEMÓRIA PARA A NAÇÃO

A história de um país é feita de muitas datas. Se o descobrimento aparece como um marco inicial, a independência é geralmente representada como um “nascimento”: a criação da Nação.

No Brasil do final do século XIX, monarquistas e republicanos disputavam entre si a data adequada e até a paternidade da criação. Para os primeiros, era Pedro I com o “grito” de 170 anos atrás. Para os segundos, Tiradentes, executado pela monarquia portuguesa há 200 anos, era o verdadeiro herói da Nação. Hoje, em pacífica harmonia, ambos figuram lado a lado no panteão da Pátria.

Óleo de François-René Moreau, 1850. Museu Imperial de Petrópolis, RJ.

Óleo de Oscar Pereira da Silva (1867-1939). Museu Paulista da USP, SP.

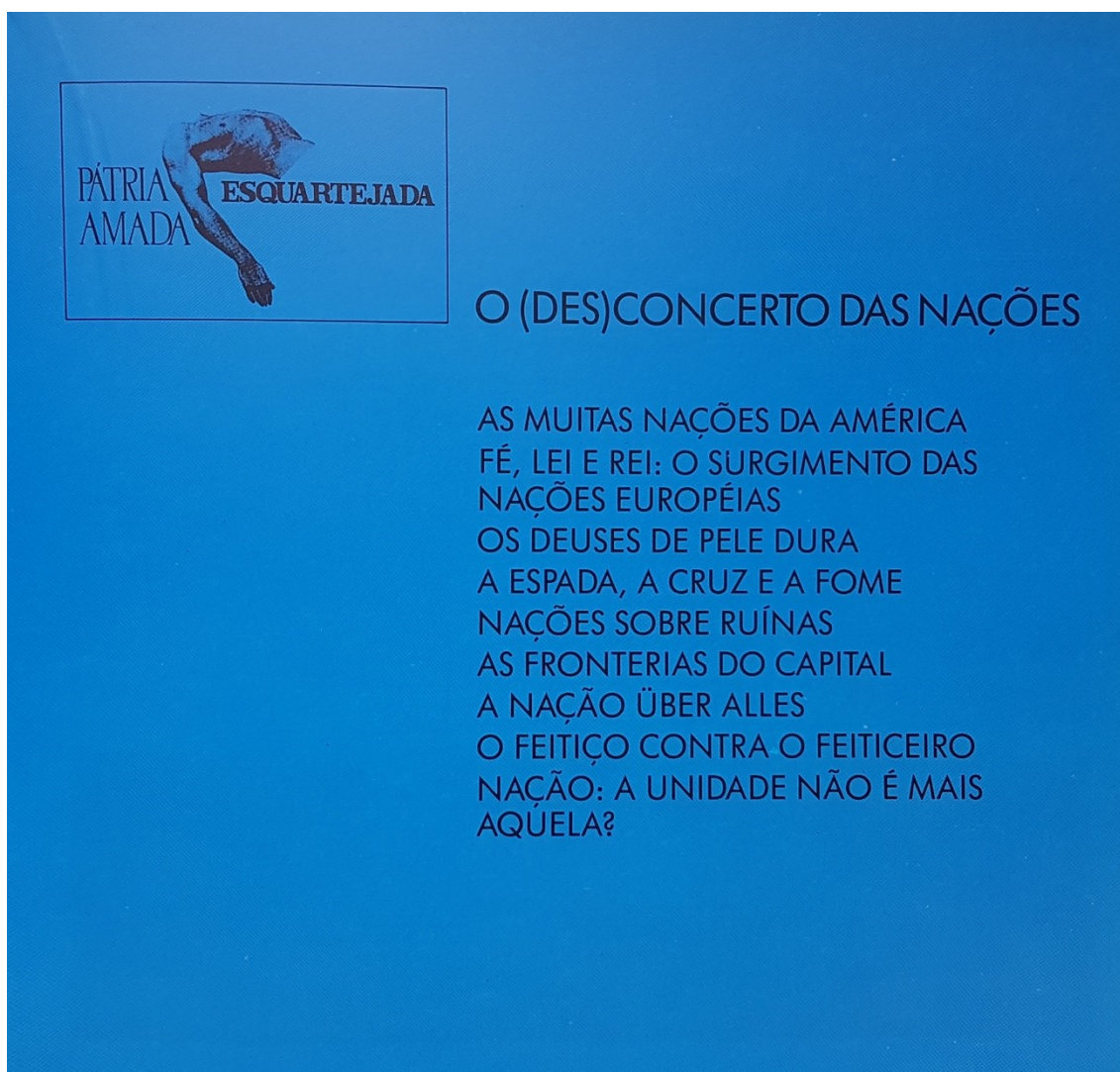


Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 52.

O segundo bloco recebeu o título de “O (des)concerto das nações”. Nesse bloco, se questionou os sentidos diversos que o conceito de nação recebe dentro da antropologia e da política, e que permeiam os processos históricos. Nação é tomada como um problema, que ao invés de um concerto, vemos dentro da história que nações se constituem de disputas e conquistas, não harmoniosas, e se afirmam sob os símbolos dos “vencedores” da disputa.

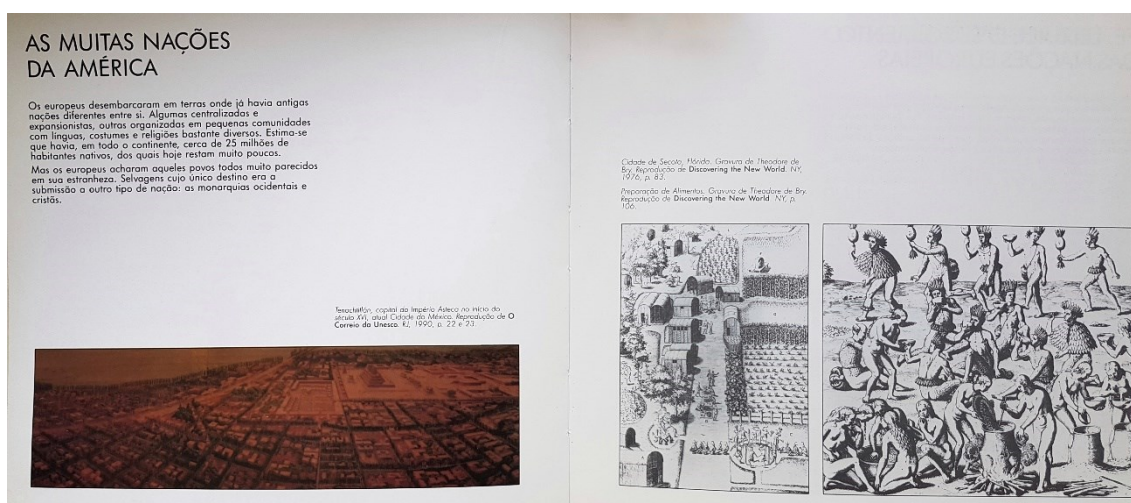


## Imagem 4 – Abertura do bloco “O (des)concerto das nações”



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 55.

## Imagem 5 – Cartazes do bloco “O (des)concerto das nações”

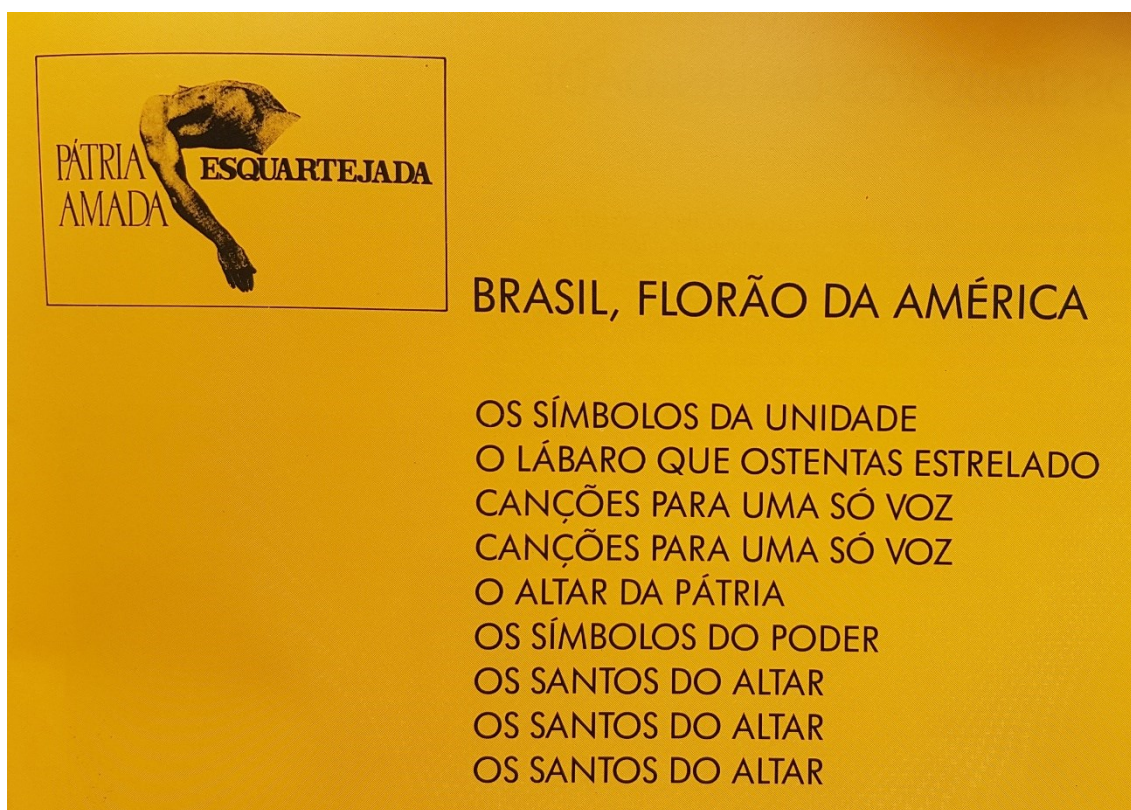


Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 56-57.



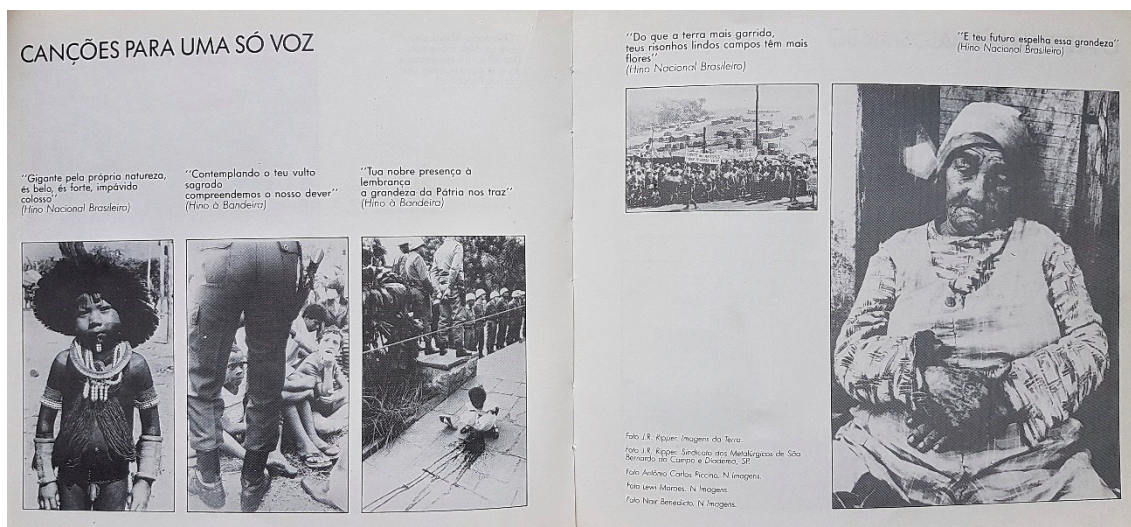
O terceiro bloco, intitulado “Brasil, florão da América”, debateu a ilusão da ideia de unidade nacional, que se afirma e perdura no tempo em virtude dos símbolos. No caso do Brasil como exemplo, os símbolos nacionais são ambíguos, escondem as diferenças e desigualdade social que caracteriza a país.

**Imagem 6 – Abertura do bloco “Brasil, florão da América”**



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 73.

**Imagem 7 – Cartazes do bloco “Brasil, florão da América”**



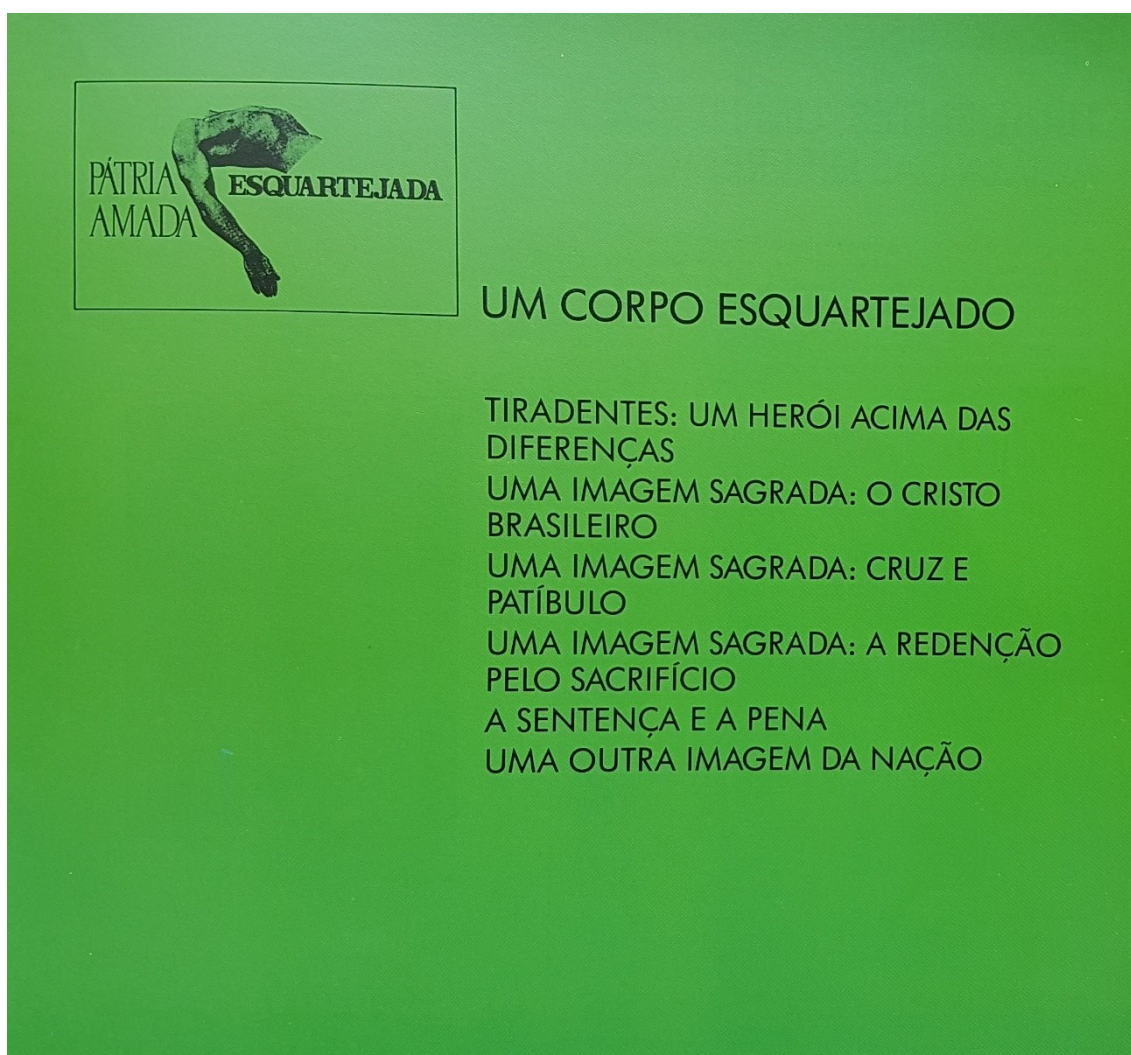
Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 80-81.



O quarto bloco, “Um corpo esquartejado”, dedicou-se ao debate dos significados atribuídos ao “herói nacional” Tiradentes, usado como referência para a reflexão:

Esta escolha tem a ver, evidentemente, com o bicentenário de sua morte, mas também está relacionado com outro aspecto. A questão da metáfora corporal da nação se explicita tanto no processo de construção da figura mitificada dele herói como na possibilidade de uma outra metáfora, baseado no próprio esquartejamento: a imagem de um corpo dilacerado seria talvez mais próximo da multiplicidade contraditória das forças sociais que compõem uma nação. (SÃO PAULO, 1992a, p. 12).

#### **Imagem 8 – Abertura do bloco “Um corpo esquartejado”**



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 87.

## Imagem 9 – Cartaz do bloco “Um corpo esquartejado”

### UMA OUTRA IMAGEM DA NAÇÃO

Cordeiro de Deus a ser imolado pela pátria, o corpo do herói não exibe qualquer marca do sangue derramado. Destinado a ser um símbolo da nação, o corpo de Tiradentes foi quase sempre representado ainda íntegro, antes do enforcamento.

Mas talvez outra imagem possa ser mais próxima do país: o corpo dilacerado do condenado, esquartejado, conservado em sal e pendurado aos pedaços nos postes pelos caminhos que percorreu. Tão dividido quanto o próprio país que se quer representar.

*Painel de Cândido Portinari.  
Memorial da América Latina, SP.*

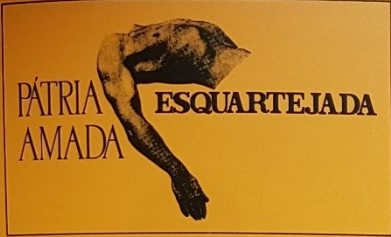


Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 94.

O quinto e último bloco, intitulado “Cada cabeça uma sentença”, trazia a reflexão sobre a diversidade que compõe uma nação, diversidade ocultada nos símbolos nacionais, visto que esses passam a ideia de homogeneidade e unidade.



**Imagem 10 – Abertura do bloco “Cada cabeça uma sentença”**



**CADA CABEÇA, UMA SENTENÇA**

EM TEU SEIO FORMOSO RETRATAS  
O BRASIL PODE TER A SUA CARA?  
FORA DA ORDEM: OS MENINOS DE RUA  
TAMBÉM JÁ FUI BRASILEIRO: OS IDOSOS  
HOJE EU MANDO UM ABRAÇO PRA TI:  
OS MIGRANTES  
PLANTAR, MORAR: O BRASIL É TERRA DE  
QUEM?  
RISCADAS DO MAPA: AS NAÇÕES  
INDÍGENAS  
PRETO NO BRANCO: O PAÍS DA  
DISCRIMINAÇÃO  
TRABALHADORES DO BRASIL:  
EXPLORAÇÃO ILIMITADA S.A.

Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 95.

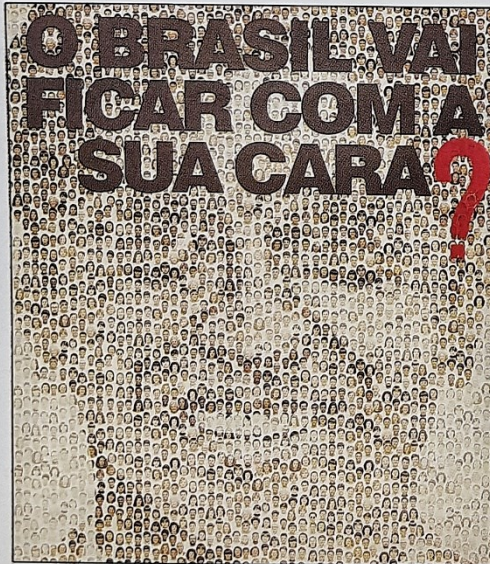
**Imagem 11 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”:  
O Brasil pode ter a sua cara?**

## O BRASIL PODE TER A SUA CARA?

Um só coração, uma cara única. Para quem olha de longe, é esta a impressão que fica da imagem escolhida para simbolizar o Censo de 1991: como se a soma de todos os brasileiros resultasse no rosto único e sorridente da Nação.

Olhando de perto é possível perceber que ela é formada de pequenos rostos avulsos. Na verdade, a cara da Nação é uma montagem. O que existe nas cidades, nos campos, nas verdes matas e por aí fora, são rostos diferentes, cada vez mais tristes, ausentes do cartaz de propaganda. É preciso olhar com atenção para ver as caras do Brasil.

“De repente é aquela corrente pra frente  
Parece que todo o Brasil deu a mão  
Todos ligados na mesma emoção,  
Tudo é um só coração”  
(Miguel Gustavo “Pra Frente Brasil”)



*Censo de 1991. Reprodução do cartaz do IBGE.*

Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 98.



## Imagem 12 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Meninos de Rua.

“Em vez de luz tem tiroeio no fim do túnel!”  
(Renato Russo, “Mais do Mesmo”)

“É preciso convencer todas as pessoas que detêm o poder nesse país, que não se resolve problemas de fome com polícia, não se resolve os problemas sociais com violência” (João de Deus, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua).

Cinelandia, RJ. Foto Nando Neves. Imagens da Terra.

Centro de São Paulo. Foto Sergio Tomisake. Agência Folhas.



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 102.

Imagem 13 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Idosos.

## AS CARAS DO BRASIL

“Também já fui brasileiro  
moreno como vocês.  
Ponteei viola, guiei forde  
e aprendi na mesa dos bares  
que o nacionalismo é uma virtude.  
Mas há uma hora em que os bares se fecham  
e todas as virtudes se negam.”  
(Carlos Drummond de Andrade, “Também já fui brasileiro”)

“(…) O velho conversando  
o banco no jardim  
de onde a flor deserta.  
O velho conversando-se  
é banco de jardim  
mas em jardim nenhum.”  
(Carlos Drummond de Andrade, “Diálogo”)

“Eu sinto um vazio como idoso. Eu ainda tenho  
vontade de trabalhar. Não me conformo.”  
(José Barreiros, 71 anos, aposentado)



Trabalho. Foto Nair Benedicto, N Imagens.

Abandono. Foto Nair Benedicto, N Imagens.

Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 108.



**Imagem 14 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Migrantes.**

## AS CARAS DO BRASIL

“Eletrizados  
cruzam os céus do Brasil  
Na Rodoviária  
assumem formas mil.  
Uns vendem fumo  
tem uns que viram Jesus  
Muito sanfoneiro  
cego tocando blues.  
(...)  
Mas há milhões desses seres  
que se disfarçam tão bem  
que ninguém pergunta  
de onde essa gente vem.  
São jardineiros,  
guardas-noturnos, casais,  
são passageiros  
bombeiros e babás  
(...)”

São faxineiros  
balançam nas construções  
São bilheteiros,  
baleiros e garçons”  
(Chico Buarque, “Brejo da Cruz”)

“Quando a lama virou pedra  
e o mandacaru secou (...)  
Foi aí que eu vim embora  
carregando a minha dor.”  
(Luiz Gonzaga, “Paraíba”)

*Migrantes. Foto Ricardo Malta.*

*Migrantes. Foto Douglas Mansur. O São Paulo.*



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 116.

Imagem 15 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Negros.



## AS CARAS DO BRASIL

“O branco inventou que o negro  
quando não suja na entrada  
vai sujar na saída.

(...)

Na verdade a mão escrava  
passava a vida limpando  
o que o branco sujava.

(...)

Mesmo depois de abolida a escravidão  
Negra é a mão de quem faz a limpeza  
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão  
Negra é a mão, é a mão da pureza  
Negra é a vida consumida ao pé do fogão  
Negra é a mão nos preparando a mesa  
Limpando as manchas do mundo com água e sabão  
(...)

“Éta branco sujão”

(Gilberto Gil, “A mão da limpeza”)



“Baranco dize - preto fruta,  
Preto fruta co razão:  
Sinhô baranco também fruta  
Quando panha casião.  
Nosso preto fruta garinha  
Fruta saco de feijão;  
Sinhô baranco quando fruta  
Fruta prata e patacão.  
Nosso preto quando fruta  
Vai pará na coreção  
Sinhô baranco quando fruta  
Logo sai sinhô barão.”  
(anônimo, “Lundu de Pai João”, séc. XIX)

Operários. Foto R. Parizotti. Sindicato dos Metalúrgicos  
de São Bernardo do Campo e Diadema, SP.  
Passeata das metalúrgicas do ABC. Foto Eduardo  
Simões. N Imagens.

Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 139.



## Imagem 16 – Cartaz do bloco “Cada cabeça uma sentença”: Os Trabalhadores.

### AS CARAS DO BRASIL

Hoje, cerca de 11 milhões de pessoas estão desempregadas ou sobrevivendo no subemprego. 64% dos trabalhadores brasileiros ganham menos de 2 salários mínimos e 41% desses recebem menos que um. O salário mínimo em 1991 correspondia a apenas 30% do valor que tinha em 1940, ano em que foi instituído.

A riqueza produzida por este trabalho mal-pago está em poucas mãos: os 10% mais ricos ficam com 51%. Os 1% de brasileiros muito ricos abocanham sozinhos quase 17% de toda a riqueza do país. Assim, para 89% dos filhos da Pátria, restam 32% da riqueza que produzem para o conforto dos ricos.

“(…) Brasil amado não porque seja minha pátria,  
Pátria é acaso de migrações e do pão-nosso onde Deus der...  
Brasil que eu amo porque é o ritmo do meu braço aventureiro,  
O gosto dos meus descansos (...)”  
(Mário de Andrade, “O poeta come amendoim”)



Trabalhadoras do sisal, BA. Foto Nair Benedicto. N Imagens.

A cada ano, mais de 1 milhão de trabalhadores urbanos são vitimados por acidentes de trabalho. Para o campo, os números não são conhecidos. Foto Nair Benedicto. N Imagens.

Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 146.

Esse bloco teve como proposta dar visibilidade aos diversos sujeitos silenciados pela memória “oficial”, propôs dar a possibilidade de afirmação de memórias diversas ocultadas na construção da história tradicional.

O conteúdo desse último bloco constituiu-se sobre um duplo percurso: “de um lado a imposição de uma unidade embutida no recurso aos símbolos nacionais e fartamente utilizada pelos mecanismos da propaganda; de outro, o esforço de evidenciar a diversidade que se oculta sob estes símbolos.” (SÃO PAULO, 1992a, p.12).

Os painéis desse bloco procuraram problematizar e promover a reflexão sobre os diversos sentidos afetuosos empregados aos símbolos nacionais:

São estas razões pelas quais a exposição se encerra com uma pergunta, tomada de empréstimo de uma velha canção, que indaga sobre os

significados que o Brasil pode ter para cada pessoa. Afinal, o grande coral da nação – ainda que compartilhe de uma partitura comum – é feito de vozes destoantes com as quais, por melhor que seja o maestro, não há harmonia ou afinação possível. (SÃO PAULO, 1992a, p. 12).

A exposição Pátria Amada Esquartejada apresentou os conteúdos que desencadearam outras atividades que compuseram o projeto. Essa exposição ficou aberta à visitação do dia 22 de abril de 1992 até o fim deste mesmo ano, no Parque da Independência.

Uma reprodução dessa exposição percorreu lugares distintos da cidade, acompanhando as aulas públicas que eram desenvolvidas em diferentes bairros, e uma versão resumida em formato de cartazes foi distribuída para todas as escolas municipais, bibliotecas públicas, casas de cultura e administrações regionais da Prefeitura de São Paulo. Junto a ela, foi entregue um manual com textos que referenciavam a proposta da exposição e do projeto Pátria Amada Esquartejada como sugestões de trabalho para professores da rede municipal de ensino.

As imagens que se apresentam a seguir demonstram a construção estrutural das atividades desenvolvidas dentro do projeto Pátria Amada Esquartejada:

#### **Imagem 17 – Montagem da exposição no Parque da Independência**



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 13.



### Imagem 18 – Entrevista no espaço de exposição



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 17.

A reflexão que se desenvolve é sobre o papel da memória e das tradições na formação dos sentimentos de unidades comuns, que camuflam as disputas dentro da história e que acabam por afirmar narrativas de grandes feitos e grandes homens como símbolos de representação de uma unidade que não é justa com todos que a compõem.

A exposição seguiu uma narrativa de construção. Por meio das imagens acima, essa estrutura se torna visível, pois contem cada uma das cinco divisões estruturais da exposição *Pátria Amada Esquartejada*.

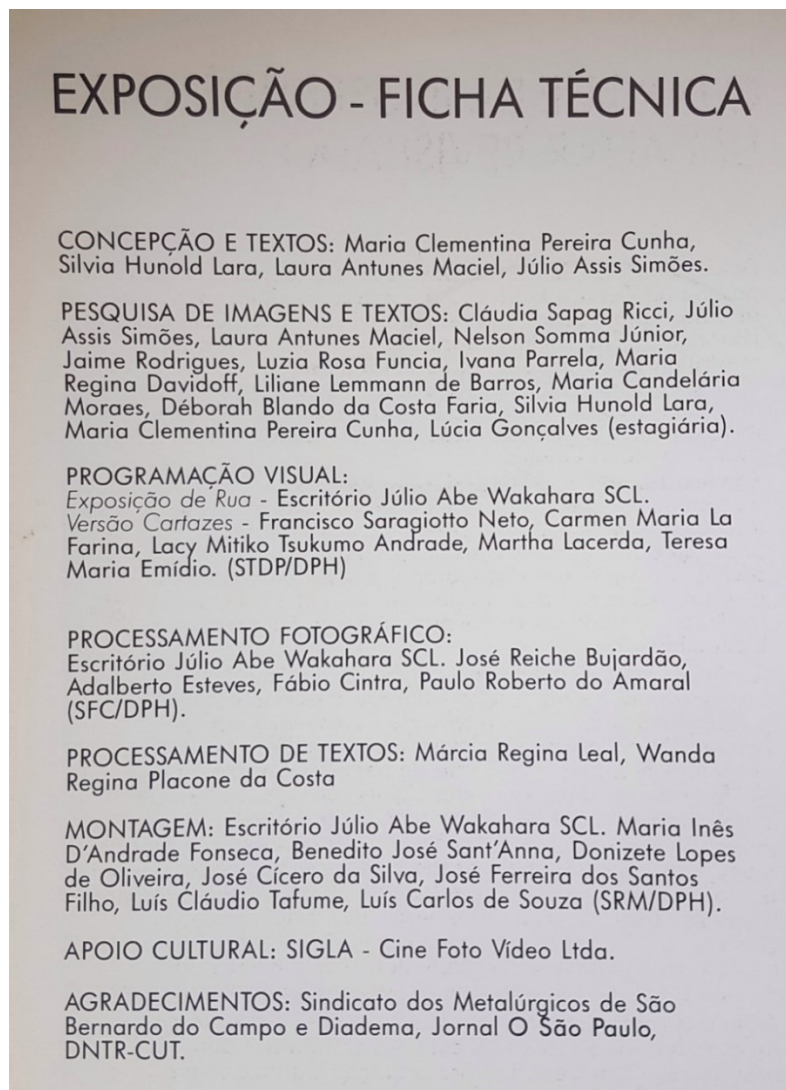
Essa exposição problematizou o que a historiografia tradicional apresenta como marcos da história do Brasil, desde a colonização, passando pelas construções simbólicas afirmativas de unidade nacional brasileira, como os hinos e a bandeira, até o mártir Tiradentes; e propôs, em contrapartida, a publicização das diferenças e das desigualdades presentes na vida de cada sujeito que constitui essa pátria, esses que estão ausentes nas narrativas históricas tradicionais e nos símbolos de representação.

O último bloco da exposição, “Cada cabeça uma sentença”, nos levava a refletir sobre a diversidade que compõe a nação brasileira, que, por sua vez, não está representada nos símbolos, nos grandes feitos, nos discursos.

A exposição *Pátria Amada Esquartejada* apresentou os contornos que articularam as outras atividades que compuseram o projeto e se firmou como uma fonte para a

problematização e para a reflexão acerca do papel da memória, dos discursos historiográficos e do papel dos sujeitos sociais dentro desses processos.

### Imagem 19 – Ficha técnica da exposição



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 154.

### Visitas monitoradas ao Parque da Independência

Dentro das atividades do projeto, aconteceu a promoção de visitas monitoradas ao Parque da Independência, organizadas pelo Serviço Educativo da Divisão de Iconografia e Museus do DPH, dedicada aos professores(as), além de participantes do Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) e Educação de Adultos (EDA) da Secretaria de Educação.

No centro do Parque, está o Monumento à Independência, parte integrante do conjunto urbanístico do Parque da Independência, situado na cidade de São Paulo. O projeto do monumento foi idealizado pela elite paulista do século XX e executado pelo escultor italiano Ettore Ximenes. Sua construção foi dada por ocasião da comemoração do centenário da independência do Brasil. A obra foi inaugurada antes mesmo de estar concluída, no 7 de setembro de 1923, e concluída em 1926.

Também chamado de “altar da pátria”, é composto por um aglomerado gigantesco de esculturas feito de granito e bronze, localizado as margens do rio Ipiranga, lugar onde D. Pedro I teria proclamado a independência. No interior da escultura, há um espaço chamado de Capela Imperial, onde estão a cripta da Imperatriz Leopoldina e os restos mortais de D Pedro I, aberto à visitação desde o ano 2000.

A construção do monumento ocorreu rodeada por embates e polêmicas, desde o lançamento do edital para construção do projeto até a conclusão. Foi um projeto de consagração à independência e de afirmação do Brasil enquanto nação una e harmoniosa. Por meio da notoriedade da obra e sua grandiosidade, naquele momento a elite paulista quis delinear os contornos de uma idealização de nação, com a função de construir e afirmar a emancipação do Brasil sob a expressão de “grandes feitos” e “grandes homens”, construindo e afirmando um símbolo da identidade nacional monumental.

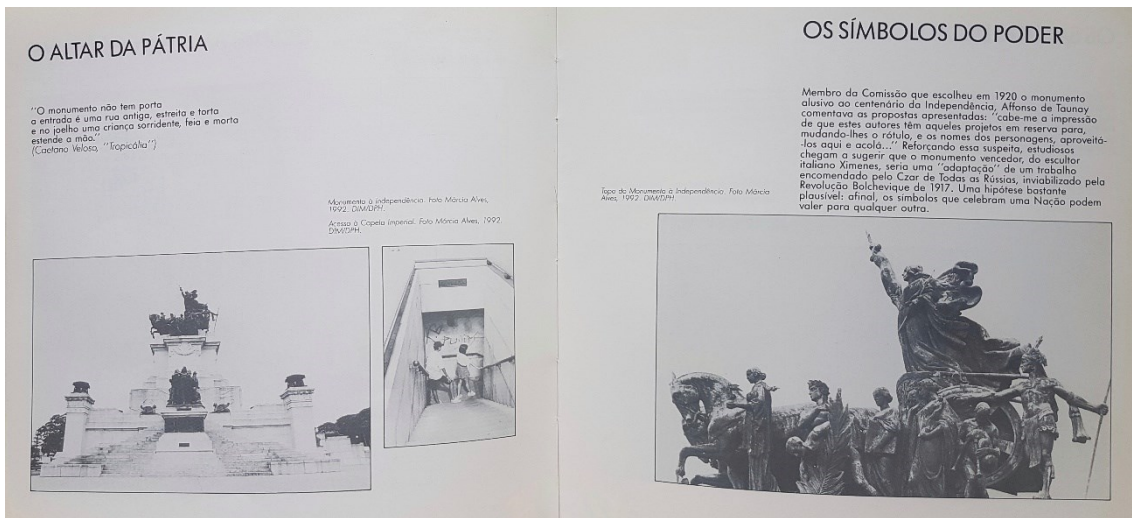
Construído para a afirmação de uma representação inventada, essencialmente objetivou a adesão coletiva sob essa ficção da nacionalidade narrada através de uma grandiosa obra escultural fundada no seu reconhecimento afetivo.

Desde a primeira República, há uma força motriz por parte dos governos e das elites brasileiras em construir símbolos para compor o imaginário e criar o sentimento de uma “Nação Brasileira”. O Monumento à Independência é mais um dentre os símbolos construídos para afetivamente se acentuar no imaginário das pessoas e se afirmar, por consequência, como referência patriótica.

A exposição que compôs o projeto Pátria Amada Esquartejada, para além da versão itinerante que acompanhou as aulas públicas, teve uma instalação fixa ao lado do Monumento à Independência, com a finalidade de problematizar essa escultura que simbolicamente representa a Nação brasileira dentro das tradições.

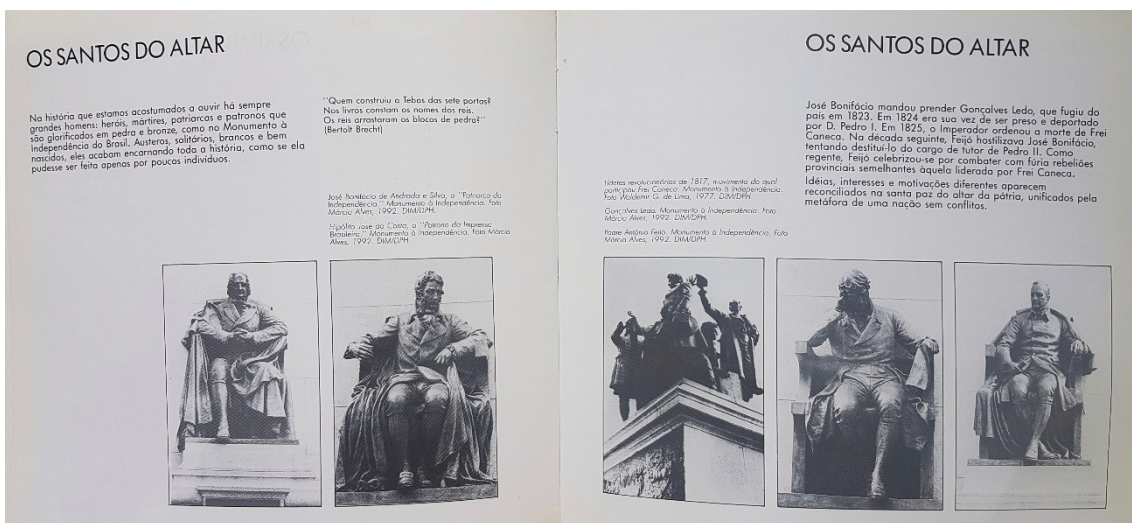
No terceiro bloco da exposição, intitulado “Brasil, florão da América”, dedicou-se uma parte que problematizou especificamente esse símbolo. Com os cartazes “O altar da Pátria”, “Os símbolos do poder”, “Os santos do altar”, procurou instigar a reflexão sobre os sentidos representados pelo “simbólico” Monumento à Independência.

## Imagem 20 – Detalhes do Monumento à Independência com texto explicativo e de problematização.



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 82-83.

## Imagem 21 – Detalhes do Monumento à Independência com texto explicativo e de problematização.



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 84-85.



**Imagem 22 – Detalhes do Monumento à Independência  
com texto explicativo e de problematização.**

## OS SANTOS DO ALTAR

No altar da Pátria, Tiradentes está sentado à direita de Deus: é o herói da liberdade. Um único sentido de liberdade projetado sobre a Nação — e não sobre os homens que habitam suas fronteiras. Mesmo na época de Tiradentes, a liberdade de não pagar impostos era bem diferente da liberdade almejada pelos escravos. Ainda hoje, o sentido desta palavra não é igual para todas as pessoas.

“Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”  
(Cecília Meireles, “Romanceiro da Inconfidência”)



Os Inconfidentes. Grupo escultórico do Monumento à Independência. Foto Márcia Alves, 1992. DIM/DPH.

Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 86.

A obra se constitui como construção de uma narrativa histórica que se fortaleceu e, embora ganhando novos sentidos e questionamentos no decorrer do tempo, nunca perdeu a essência de caráter idealizado, que é a de ser fundamental na integração das simbologias nacionais.

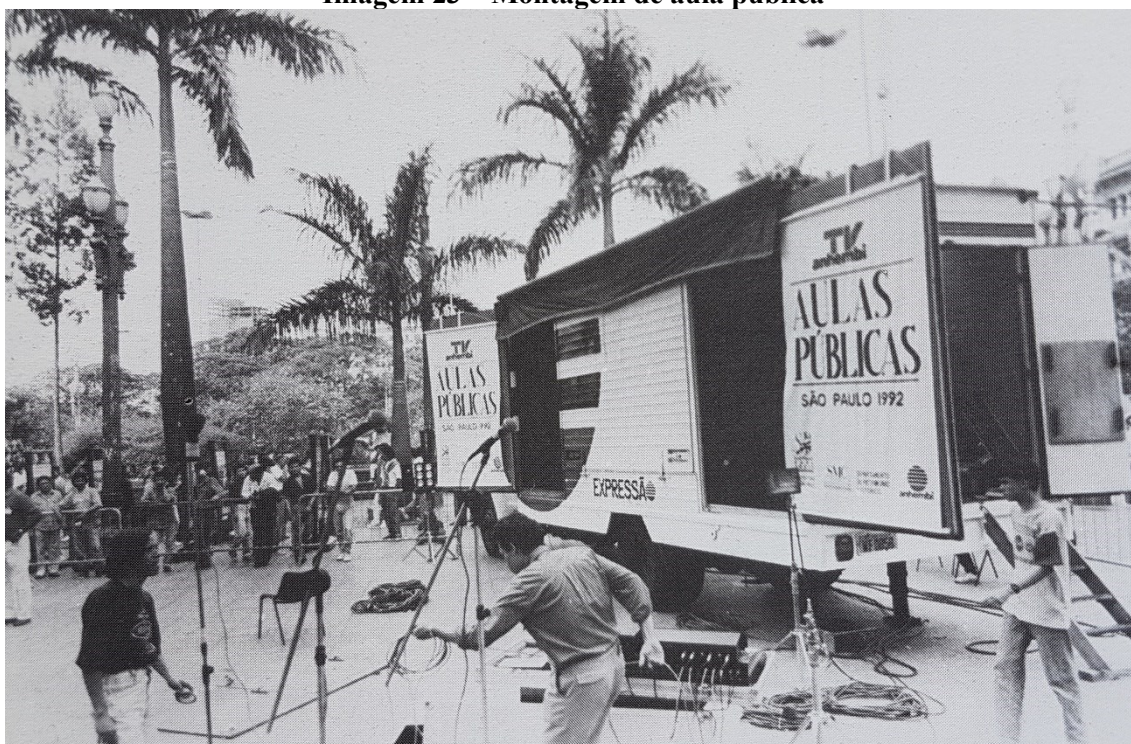
### **Aulas públicas**

Ao longo dos meses de maio, junho, julho e agosto de 1992 aconteceram as aulas públicas, totalizando sete no total. As aulas eram organizadas a partir das 17 horas, no formato de TV de rua, e se iniciavam com a exibição de um vídeo, produzido em conjunto

com a TV Anhembi e o Departamento de Patrimônio Histórico, que esclarecia o caráter geral do evento.

Após a apresentação inicial, tomavam a palavra representantes de movimentos sociais e/ou entidades ligadas ao tema discutido, ao mesmo tempo em que se exibiam novos vídeos sobre o tema debatido em cada aula, para propiciar um diálogo entre palestrante e público.

**Imagem 23 – Montagem de aula pública**



Fonte: SÃO PAULO, 1992 a, p. 16.

Os temas das aulas foram:

1. “Falaram os meninos e meninas de rua”. Praça da Sé, Centro, 7 de maio de 1992;
2. “Os idosos”. Praça Miguel Dell’Erba, Lapa, 23 de maio de 1992;
3. “Os migrantes”. Praça Floriano Peixoto, Santo Amaro, 5 de junho de 1992;
4. “Os sem-teto e sem-terra”. Pátio do Mercado Municipal, Guaianases, 20 de junho de 1992;
5. “As nações indígenas”. Parque da Previdência, Butantã, 4 de julho de 1992;
6. “Os negros”. Praça da Cultura, Itaquera, 17 de julho de 1992;
7. “Os trabalhadores”. Praça Ramos de Azevedo, Centro, 14 de agosto de 1992.



## **O vídeo Pátria Amada Esquartejada**

Durante cada aula pública, a equipe de monitores do projeto gravava depoimentos do público presente sobre o assunto discutido e suas percepções sobre a exposição Pátria Amada Esquartejada. O material gravado foi utilizado para a produção de um vídeo final, que contem na sua edição trechos de falas de cada palestrante, fotografias e trechos das entrevistas realizadas durante as aulas públicas.

O documentário Pátria Amada Esquartejada foi o resultado do desenvolvimento do projeto “Pátria Amada Esquartejada” que aconteceu em 1992 na cidade de São Paulo, projeto idealizado e desenvolvido pelo DPH. Com duração de 32 minutos, é parte da composição documental do projeto.

1ª. parte:

Brasil, és no teu berço doirado, Do índio civilizado, abençoado por Deus, Brasil, gigante de um continente, És terra de toda gente, orgulho dos filhos teus, Tudo em ti nos satisfaz, Liberdade, amor e paz, No progresso em que te agitas, Torrão de viva beleza, De fartura e de riqueza, E de mil coisas bonitas... (DALVA DE OLIVEIRA, Brasil apud PÁTRIA ..., 1992).

Ao som da inebriante voz de Dalva de Oliveira, cantando a música “Brasil”, e com a apresentação de imagens do território brasileiro, da ditadura civil militar, manifestações de cultura popular, de grupos indígenas, do desenvolvimento industrial e as caras do Brasil, inicia-se o documentário. A letra da canção de Dalva chega como um contraponto às imagens mostradas, pois vemos, nas imagens cotidianas postas, as diferenças e misérias que compõem o Brasil, não uma terra de satisfação, de liberdade, de amor e de paz, como diz a canção.

A primeira fala no documentário é de Marilena Chauí, em uma breve apresentação do projeto, que, segundo ela, se constituiu a partir de uma questão movente, com a constatação das diferenças, das injustiças e das exclusões que compõem essa nação brasileira: “Existe só uma pátria, só uma nação? E porque ela está esquartejada?”

Segue uma narração que contextualiza a exposição Pátria Amada Esquartejada, em sua versão fixa no Parque da Independência e nas versões que circularam por vários lugares da cidade de São Paulo, mencionando-se os 1500 exemplares da exposição

completa que foram distribuídos nas escolas das redes municipais e estadual de ensino, em centros culturais, bibliotecas públicas e administrações regionais da prefeitura de São Paulo.

É apresentado o Monumento à Independência, enquanto referência simbólica de representação da nação que a coloca Nação (ou a ideia dela) como maior do que os homens de carne e osso, enquanto imagem que supera as diferenças.

2ª. parte:

Santa clara, padroeira da televisão,  
Que o menino de olho esperto saiba ver tudo,  
Entender certo o sinal certo se perto do encoberto,  
Falar certo desse perto e do distante porto aberto,  
Mas calar,  
Saber lançar-se num claro instante...  
(CAETANO VELOSO, Santa Clara, Padroeira da Televisão apud  
PÁTRIA ..., 1992).

Ao som de Caetano Veloso, tem início uma apresentação resumida das aulas públicas que aconteceram como parte integrante do projeto Pátria Amada Esquartejada, aulas em formato de TV de rua, abertas à participação de todo mundo. O microfone aberto democraticamente para dar voz aos silenciados, e câmeras ligadas para mostrar os rostos do Brasil, que não são iguais em expressões nem em anseios, pois a desigualdade tem muitas caras.

Segue-se com a fala de Ailton Krenak, como representante das nações indígenas, que faz uma discussão sobre os territórios indígenas, apresentando o quão diversos são esses grupos que estão esparramados nos territórios brasileiros e não estão representados nos símbolos de constituição da nação. Krenak fala sobre a exploração do latifúndio sobre essas comunidades e da necessidade de luta para a manutenção da cultura dos grupos tradicionais que constituem, sim, a nação brasileira.

Compõe o documentário uma fala de Luís Inácio Lula da Silva, então presidente do Partido dos Trabalhadores, que discorre sobre os direitos dos trabalhadores, referenciando o esquitejamento dessa classe pelas supressões de direitos que são impostos pela lógica capitalista.

Os direitos das crianças também é tema debatido durante uma dessas aulas públicas, sobre a música “Fora da ordem”, de Caetano Veloso, que diz: “E o cano da pistola, Que as crianças mordem, Reflete todas as cores, Da paisagem da cidade, Que é muito mais bonita, E muito mais intensa, Do que no cartão postal...”. Durante a aula, o Pe. João Drexel, líder da Pastoral do Menor, fala sobre a importância de cuidarmos das nossas crianças abandonadas, visto que as crianças serão nossas continuadoras.

Marilena Chauí, em um certo momento dessa aula pública sobre os direitos da criança, diz sobre o espanto dos adultos ali presentes em relação a algumas crianças que estavam usando droga na praça. Chauí afirma em tom exclamativo que essas crianças não são usuárias por opção, mas “cheiram cola porque têm fome, porque os adultos não se responsabilizam por isso”, segue dizendo “nós estamos aqui juntos presenciando a tragédia desse país.”

Em outra aula pública, que tratou sobre os direitos dos idosos, a atriz Lélia Abramo tem uma fala sobre o desinteresse das pessoas com dois extremos da sociedade, as crianças e os idosos. Fala da importância de valorizarmos os idosos, visto que são a representação de memória, sempre tendo algo a dizer em virtude das suas vivências. Ressalta a necessidade de se desconstruir a lógica de uma cultura de gente útil, de se valorizar as crianças e os idosos como um caminho de enfrentamento dessa imposição sistemática do capitalismo.

Antonio Galdino, presidente da Federação dos Aposentados de São Paulo, também tem um trecho de sua fala apresentado no documentário, quando diz sobre a importância de não esperarmos, no sentido de mudança, mas termos ações que gerem transformação de conjunturas na vida real cotidiana.

Durante a aula pública sobre pessoas com problemas de saúde mental, Gilberto Cukierman, Secretário Municipal de Saúde naquele momento, tem um trecho de fala e discorre sobre a importância de pensarmos na questão dos “loucos”, dos nossos hospícios, da marginalização desses grupos.

O documentário segue travando uma discussão sobre o racismo no Brasil, quando são apresentados alguns depoimentos de pessoas entrevistadas, e Edson Cardoso, líder do Movimento Negro Unificado, fala sobre as diferenças raciais presentes no Brasil desde origens remotas, sobre a superioridade de um grupo sobre o outro constituindo a sociedade racista, e sobre o negro historicamente marginalizado, posto como mero coadjuvante na formação dessa nação.

A abordagem foca no que é ser um trabalhador negro no Brasil, como grupo mais excluído e marginalizado, e como, sendo o grupo mais marginalizado, reside nessa classe a maior revolta e a maior possibilidade de reagir contra essa sociedade.

A discriminação no Brasil é classista e racial, se constitui marginalizando o negro, o migrante o sem-terra e o sem teto. Luís Inácio Lula tem uma fala contundente em um trecho do documentário, falando sobre a marginalização dos migrantes nordestinos em São Paulo, que ocupam empregos informais porque não são admitidos no mercado formal por preconceitos enraizados na tradição do país.

De todos os temas levantados nas aulas públicas, como bem sintetiza em um determinado momento de fala Marilena Chauí: “Não é justo que sejamos infelizes, pois somos um povo fantástico, que tem DIREITO à felicidade.”

3ª. parte:

Ao som da canção “Misere nobis”, de Gilberto Gil, finaliza-se o documentário, que ascende o desejo de mudança e poder aos marginalizados que constituem essa “nação”:

Tomara que um dia, um dia seja, para todos e sempre a mesma cerveja,  
tomara que um dia de um dia não, para todos e sempre metade do pão...  
(GILBERTO GIL, Misere nobis apud PÁTRIA ..., 1992).

Ora pro nobis! A versão final do documentário compõe-se de trechos de entrevistas e de aulas públicas realizadas dentro do projeto Pátria Amada Esquartejada e se afirma enquanto uma ferramenta de inspiração para a transformação social pelos caminhos da consciência histórica. Finalizo esse texto com uma contundente colocação de Thompson, em seu texto “O termo ausente: a experiência”, em Miséria da Teoria, que diz:

Os seres humanos estão constantemente engajados em refletir sobre sua própria “experiência”, bem como a dos outros e assim cresce sua compreensão da vida social, sua cultura, enfim ainda que não apenas dela. (THOMPSON, 1981).

Todo poder ao povo, Amém!

## **Capítulo 3**

### **Educação e direito: História Social e ensino de história**

A proposta da gestão da prefeita Luiza Erundina de Sousa na Prefeitura Municipal de São Paulo era uma reforma administrativa que se enviesava por características de valorização democrática e popular, instaurando uma prática de gestão que dialogasse com as demandas da população. Fundamentou-se na descentralização administrativa em sua organização, na finalidade de busca de equidade social com vistas à melhoria da qualidade de vida nos setores populares; com a organização de subprefeituras regionais de administração; organização de plebiscitos populares para deferimento das decisões, posto de coleta de sugestões, audiências públicas, enfim, visava a contribuição popular para o desenvolvimento da administração.

No campo da educação, especificamente, buscou a afirmação da educação libertaria, democrática, de valorização dos sujeitos envolvidos nesse processo, rompendo as dicotomias e hierarquizações. O Professor Paulo Freire, estudioso de grande referência no Brasil e no mundo por desenvolver um pensamento baseado na libertação, por valorizar a democratização e a autonomia no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, assumiu a Secretaria Municipal de Educação nessa gestão.

No dia 1º de fevereiro de 1989, Freire publicou no Diário Oficial o primeiro documento que regia os princípios da construção da escola pública popular:

A qualidade dessa escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola – incluindo pais e comunidade – tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura. Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar em sujeito de sua

própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador de cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emancipação intelectual independente dos valores das classes dominantes. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser. A marca que queremos imprimir coletivamente às escolas privilegiará a associação da educação formal com a educação não-formal. A escola não é o único espaço da veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que possam propiciar a interação de práticas pedagógicas diferenciadas de modo a possibilitar a interação de experiências. Consideramos também práticas educativas as diversas formas de articulação que visem contribuir para a formação do sujeito popular enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social. (FREIRE, 2001, p. 15).

O título desse documento é *Aos que fazem a Educação conosco em São Paulo*, onde Freire aponta a educação como um instrumento de extrema relevância e referencial de transformação, trata da necessidade da tomada de consciência das realidades e do papel da educação nesse processo, apresenta a educação como processo emancipatório, alerta para a necessidade de reconhecimento de si enquanto sujeito social ativo e capaz de transformar conjunturas injustas e hierarquizadas.

Através das práxis, o ser humano se torna capaz de transformar as realidades opressoras; e, sendo a educação reflexiva, libertadora e revolucionária, dentro desse processo cabe aos educadores buscar a transformação dos contextos sociais no desenvolver de suas práticas.

Nessa gestão, a proposta administrativa prezou pela reestruturação dos caminhos tradicionais. Junto à população, desencadearam-se programas e projetos fundados na reflexão crítica, com a intencionalidade de superação e reinvenção. Foi justamente nesse

contexto de reformas e de proposta de construção administrativa com participação popular que se desenvolveu o projeto Pátria Amada Esquartejada

### **Identidade nacional brasileira: o que está em jogo?**

O capitalismo acaba por domesticar os homens, conduzindo à disciplinarização. Desconstruir as evidências cristalizadas na percepção histórica dos fatos sociais é um caminho válido de efetiva transformação no campo da construção historiográfica e da educação. A desmitificação do passado e a afirmação da memória como potência de libertação fundamenta a importância da história e seu papel de transfiguração.

É de fundamental importância, que dentro da educação básica, os alunos sejam incentivados a identificar questões, e formular iniciativas que ponderem romper com a ideia de conteúdos prescritos é um grande passo para o desenvolvimento de um ensino de qualidade e democrático, como discute a Professora Déa Ribeiro Fenelon, em seu texto *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?:*

Se, ao contrário, considerarmos que a História faz sentido como fonte de inspiração e de compreensão, não apenas porque pode fornecer os meios de interpretação com o passado, mas também porque nos permite elaborar o ponto de vista crítico através do qual se pode ver o presente, outras perspectivas de interesse pela história se abririam para todos nós profissionais e especialmente para nossa situação no ensino e na pesquisa. A partir daí creio que poderíamos repensar não só o ensino de História, mas também o destino de nossa produção acadêmica, cada vez mais distanciada da escola e do grande público. (FENELON, 1992, p. 33).

Atentarmos sobre o papel transformador da prática do historiador torna-se essencial para, assim, romper-se com a dicotomia entre educação básica e ensino superior tradicionalmente instituída; seguir por esse viés representaria um grande avanço para o campo do ensino e da História Social. Pensar sobre o tipo de História que estamos reproduzindo e praticando, e romper com o modelo hierárquico muitas vezes consolidado dentro das salas de aula é necessário e imediato.

Desconstruir a cristalização que muitas vezes heroiciza determinados sujeitos, colocando-os como construtores da história, legítimos e incontestáveis, é preciso; ao mesmo tempo em que construir uma história que valorize as experiências e a pluralidade é um caminho de transformação de perspectivas e de valorização dos sujeitos:

Falar de uma mentalidade comum a todos parece não reconhecer as diferenciações nas estruturas sociais... (FENELON, 1992, p. 43).

Construir um projeto de transformação dentro do ensino é possível a partir do desenvolvimento de planejamentos que se proponham a uma construção coletiva do saber histórico. Isso significa romper com a dicotomia muitas vezes instaurada dentro de sala de aula, onde o professor se posiciona como dotado de um conhecimento superior, respaldado por afirmativas oficializadas por alguns livros didáticos por exemplo. É um passo no caminho de construção de um saber transformador.

É impossível não reconhecer que é um grande desafio ressignificar a construção dos saberes historiográficos, os modelos de ensino/aprendizagem, visto as inúmeras barreiras que os profissionais dessa área enfrentam no desenvolvimento de suas atividades: os salários, a escassez na autonomia diante a estruturação da legislação, a carga horaria muitas vezes exaustiva, a estrutura e carência de materiais de apoio... Mas, mesmo diante disso, existem profissionais que desenvolvem, na medida de todas as possibilidades, uma prática militante dentro do ensino na educação básica, como ressalta Marcos A. da Silva em seu texto *História: o prazer em ensino e pesquisa*, quando fala sobre a escola e a produção de saberes históricos:

Falar sobre outros convívios com a história, aqueles que incorporam as lutas pelo acesso ao prazer da história e o situam no conjunto das experiências sociais vividas e estudadas, não se reduz a simples utopia irrealizável, embora esboce traços de lugares e experiências de conhecimento ainda parcialmente inexistentes. (SILVA, 1995, p. 17).

A proposta desse trabalho é guiada pela perspectiva de um repensar sobre as práticas de ensino e o potencial transformador que emerge da prática do profissional em educação. O professor, mesmo diante das limitações para o desenvolvimento pleno de sua prática, é um agente transformador, e a escola é um espaço de potencial revolucionário.



A educação aqui é a saída e a afirmação do papel da compreensão histórica como ferramenta de mudança social.

O rompimento com a reprodução da noção do saber histórico linear, cristalizado e tradicional é necessário; a história dos “grandes homens”, dos “grandes feitos” deve ser repensada, reestruturada.

Demonstrar, através do conhecimento histórico, a importância dos trabalhadores, das mulheres, das crianças, dos idosos, dos indígenas, dos negros, os cidadãos marginalizados pelos discursos “legítimos” é papel do historiador; desenvolver práticas de valorização e reconhecimento desses sujeitos no campo do ensino de história é mais que necessário para assim a história se afirmar enquanto transformadora e não reprodutivista.

Dentro de uma escola, as realidades são amplas, portanto, também é preciso, como parte fundamental do processo ensino aprendizagem, reconhecer os alunos em suas singularidades, promover a construção de um saber horizontalizado, de troca de experiências e reconhecimentos da história como auxílio para a compreensão do mundo.

No Brasil, o ensino público passa a trabalhar sob a perspectiva da exigência constante de resultados, ignorando-se os processos de desenvolvimento e de produção do conhecimento.

E é a partir da conflituosa conjuntura socioeducativa de nossos tempos que os profissionais de história devem se posicionar e desenvolver seus métodos de ensino, saciando seus anseios no que diz respeito à educação.

Não encontraremos situação ideal de ensino, visto a diversidade de fatores que agem no processo. Isto é, o processo ensino-aprendizagem é influenciado por tantos fatores que em certos momentos o desarranjo dos mesmos torna-se inevitável. Nesse sentido, levaremos em conta os argumentos de Marcos A. da Silva:

Contra o horror pedagógico neoliberal/conservador, a construção da “cidadania cultural” apela para práticas e argumentos que parecem, hoje, fora de moda e enfraquecidos: projetos alternativos, multiplicidade de vozes na cena pública...” (SILVA, 2000).

Obviamente, idealizamos o processo de ensino-aprendizagem, principalmente onde o Estado está presente, reconhecendo a possibilidade de uma pluralidade

sociocultural, visto que o conhecimento se constrói a partir da experiência de cada sujeito ou grupo social.

Para todos os dedicados ao ensino de História, a “imperfeição” de cada uma das mais diversas condições de ensino precisa ser vista como ponto de partida para a elaboração de propostas de ensino e planos de aula, visto a necessidade de se praticar o ensino de história sempre como uma ação transformadora.

### **Identidade e nação: sobre rigidez e transitoriedade**

Tratamos aqui especificamente sobre identidade nacional, como conteúdo que afirma e posiciona os sujeitos em estruturas desiguais, fundamentado na noção de unidade e homogeneidade estrutural.

A construção da ideia, do sentimento de identidade nacional, presentes em discursos e em muitos livros didáticos de história, acaba por orientar práticas sociais de conformação de lugar e condição social; a identidade nacional tende a ser naturalizada, essencializada, como discute Paulo Miceli, em seu texto *Por outras histórias do Brasil*:

Há ainda quem se console com a ideia de que essas inocentes distorções poderão ser corrigidas com o passar dos anos e que a maturidade em novas leituras e reflexões dará conta disso. Em primeiro lugar, é preciso saber que elas não são distorções, nem inocentes, mas conformam uma filosofia da história que alimenta visões de mundo e orienta práticas sociais que estão longe de exaurir-se nas salas de aula, servindo para justificar não só as formas mais explícitas e abrangentes de dominação e exploração sociais, como também o combate das diferenças e o extermínio das particularidades que se manifestam até nas relações mais próximas. (MICELI, 1994, p. 33).

O ideário nacionalista é uma ferramenta que ordena e normativa, camuflando desigualdades, pois fundamenta-se sobre a rigidez e na unidade, é um conceito que move diversos campos de posição.

Reavaliar o conceito sobre identidade é importante para a compreensão de lugar no mundo e das relações sociais, amplia questões que normatizam. E construir um plano de aula que reconheça o cotidiano dos alunos e possibilite a esses sujeitos expressar suas

impressões sobre o lugar e o sentido da identidade nacional é uma possibilidade de desenvolvimento de um saber histórico transformador e reconfiguração do sentido de identidade firmado tradicionalmente.

A proposta aqui, então, se baseia num repensar estrutural da prática docente, onde a valorização dos sujeitos e suas experiências seja o eixo norteador do processo de ensino-aprendizagem.

Pautar-se na mudança do formato estrutural curricular é um grande avanço para o campo da história e da educação de modo geral. Reconhecer o lugar, os sujeitos a conjuntura que norteiam as realidades dos alunos é construir um conhecimento que os posiciona e gera reflexão, promovendo uma ampliação na percepção de si, no tempo e espaço.

A proposta de resignificação do modelo discursivo, da reconceituação de identidade é uma proposta; e não necessariamente deve-se limitar ao estudo desse conceito apenas, mas de toda a leitura historiográfica que camufla e hierarquiza os sujeitos.

A escolha que fiz por trabalhar especificamente o conceito de identidade brasileira fundamenta-se sobre uma construção pessoal, que se deu por experimentações minhas no sentido de formação, baseada em andanças e encontros, e essencialmente pela aproximação docente e contatos com escolas e alunos em projetos e estágios supervisionados.

Desde o primeiro momento em que tive contato com o projeto Pátria Amada Esquartejada, me indaguei sobre o sentido das identidades e quis sair em busca de impressões e afirmações, construção e desconstrução do que seria esse “ser brasileiro”.

Identidade é um conceito construído socialmente e que acaba por legitimar posições e práticas que hegemonizam sociedades, camuflando assim as disparidades que a lógica injusta do sistema capitalista desempenha em constituir.

A construção e a afirmação rígida da identidade acaba por fundamentar posicionamentos sociais de protagonismos e exclusões, e, ao longo da história, vimos se firmarem construções essencialistas, sendo a identidade um conceito fundamentado a partir de relações sociais, o que faz com que sua definição esteja sujeita a condutores de força e relação de poder.

Tomas Tadeu da Silva, em seu texto *A produção social da identidade e da diferença*, desenvolve uma análise muito contundente sobre identidade, trata esse

conceito a partir da análise linguística, demonstrando a partir disso a conexão da ideia de identidade e diferença com as relações de poder.

A identidade, tal qual a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relação de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas. Elas não convivem harmonicamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2011, p. 81).

A partir da análise de Silva, é importante pontuar que a identidade brasileira, assim como qualquer outra identidade, não pode ser compreendida fora de um processo de produção discursivo e simbólico, não há referenciais naturais ou fixos de afirmação indenitária.

Nessa perspectiva, quando pensamos sobre o processo de construção da identidade brasileira, percebemos que se trata de uma construção simbólica e material que acaba por homogeneizar o reconhecimento de pertencimento à nação, fazendo com que a referência de unidade se constitua como homogênea, camuflando a realidade díspar de que a sociedade se constitui, onde a margem é maior e não é nada representada nos discursos de reconhecimento e afirmação de unidade.

E foi essencialmente sobre essa ênfase de rigidez identitária que me instiguei a fazer uma investigação, movida pelos encontros que a caminhada traz e pela possível desconstrução que se pode fazer dentro do ensino em relação ao conceito de identidade a partir da experiência da caminhada.

### **Relato de uma experiência: quantas pátrias somos nós?**

Pátria Amada Esquartejada surge, nesse contexto, construindo-se como um projeto que questiona os sentidos das representações simbólicas, discursivas sobre a nação, sobre o ser brasileiro. Desenvolveu-se no ano de 1992, ano marcado pela comemoração de datas simbolicamente construídas para afirmação de uma unidade de nação. Comemorou-se, nesse ano, os 500 anos de descobrimento da América, os 200 anos da morte de Tiradentes, os 170 anos da Independência do Brasil, os 70 anos da Semana de Arte Moderna e os 60 anos da Revolução Constitucionalista de 1932.

Tomando como eixo o conceito de nação, o projeto se desenvolveu amparado em um conjunto de atividades articuladas que debatiam os sentidos políticos e os efeitos sociais sobre essa temática a partir dos símbolos, dos discursos, das imagens construídas para a legitimação do discurso de nação, unidade, pátria e identidade brasileira.

O projeto se moldou referenciando a diversidade brasileira e, partindo da ideia de nação, discutiu sobre racismo, questões indígenas, o papel dos indígenas na construção dessa pátria e suas representatividades, os nordestinos, os idosos e os meninos de rua como grupos marginalizados nessa história tradicional, construída e disseminada, que camufla e hegemoniza a realidade.

Marilena Chauí, em seu livro *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*, discute, de modo contundente, a necessidade da desconstrução das verdades cristalizadas em nossas mentes sobre a sociedade brasileira, apresentando o mito como uma narrativa que mascara a realidade e ameniza as tensões sociais. O livro é uma apresentação categórica de que "como se vê, não há o que comemorar", nos mostra que a base da nossa sociedade autoritária está reatualizada pelo neoliberalismo, que ela não é um adjunto de referência da ditadura militar nem do passado colonial muito menos do período de formação do Brasil como "nação".

Tradicionalmente, aprendemos na escola de que, com exceção do nosso "mártir da independência", Tiradentes, a nossa história não se fez com derramamento de sangue, que somos um povo pacífico, ordeiro, somos "gigantes pela própria natureza", convencidos de que "não existe pecado do lado debaixo do equador". Seguindo por esses fundamentos cristalizados, que contradizem a real conjuntura destoante da realidade brasileira, que nos unifica e nos faz reconhecermos brasileiros, filhos da pátria mãe gentil, essas representações camuflam as tensões reais da nossa nação.

Vinte anos depois de seu desenvolvimento o projeto Pátria Amada Esquartejada ainda me inspirou a desenvolver esse trabalho monográfico. Como uma espécie de coluna de sustentação me caiu como um desafio potente e coerente para a formulação das questões frente à análise social da realidade brasileira. Trouxe, especificamente como referência para esse trabalho, o papel do discurso dos professores e do livro didático enquanto uma ferramenta de apoio no processo de ensino-aprendizagem na reafirmação dessas cristalizações fundadoras referenciadas; ressaltando aqui que os educadores têm a possibilidade, no âmbito do ensino de história, de desmistificar essa fundamentação heroizante, segundo a qual poucos têm protagonismo, construída sobre o Brasil e que

caracteriza a história nacional, de romper com essa visão de hegemonia social que se faz nossa história.

Por meio do ensino e dentro da escola, podemos conscientizar a juventude sobre a realidade brasileira e, a partir disso, podemos transformar a realidade social, produzindo, junto com esses sujeitos, a consciência acerca de seu papel ativo dentro da história, capazes de discernir sobre realidade, rompendo a fantasiosa construção discursiva construída tradicionalmente.

Foi a partir dessa problematização e inspiração que me dispus a promover oficinas, projetadas a partir das questões levantadas dentro do projeto Pátria Amada Esquartejada, no sentido de compreender a concepção de estudantes de uma escola pública situada na periferia da cidade de Uberlândia.

Tendo esse grupo como referência de uma parcela de sujeitos que compõem o grupo dos “brasileiros”, inseridos na realidade díspar e hierarquizada dessa “pátria amada”, e, a partir da análise do documentário Pátria Amada Esquartejada, propus um debate que pudesse provocar um repensar sobre os papéis sociais e a construção fantasiosa da história "legítima" sobre “ser brasileiro”, sobre a nação.

A oficina foi realizada com a apresentação da proposta do projeto Pátria Amada Esquartejada e desenvolvida, num primeiro momento, como uma roda de conversa com alunos do 3º ano do ensino médio, para ouvi-los sobre o que seria para eles ser brasileiro, e, por fim, com a aplicação de um questionário simples, para que indicasse sua compreensão sobre o que é identidade e o que é ser brasileiro. A prática da oficina se deu carregada de expectativas, projeções e anseios, em todo o fluir da conversa, bem como nas respostas aos questionários, que me surpreenderam muito positivamente.

Como vem sendo apresentado ao longo do texto, essa monografia partiu de uma atenção para com as articulações entre questões sociais da realidade brasileira e as práticas educativas, mais especificamente do ensino de história, no que diz respeito à questão da identidade nacional. E, por essa razão, esse trabalho enfatiza as experiências socialmente vividas durante minha formação acadêmica dentro de espaços escolares, consideradas como embasamento para a constituição de uma perspectiva sobre o papel do ensino e da educação para a problematização da questão de identidade nacional.

Parto do pressuposto da escola enquanto espaço institucional legitimador da formação do sujeito social, crítico e consciente da sua prática enquanto cidadão, em que a disciplina de história tem como objetivo “conscientizar” esses alunos sobre suas

contribuições nos processos históricos, afirmando-os enquanto sujeitos históricos ativos e conscientes dentro dos processos.

O formato institucional e os currículos e as diretrizes que norteiam a educação nacional acabam, muitas vezes, por estruturar a educação sob um viés rígido e normativo, gerando uma descrença dos envolvidos nesse processo, e fazendo da educação uma prática de reprodução linear e não de troca e construção democrática e dinâmica.

Em função das minhas experiências dentro dos espaços escolares, enquanto estagiária bem como componente de projetos institucionais, em que as práticas de atividades aconteciam em escolas, tive um contato com realidades distintas, e o que sempre me chamou atenção foi o relato comum, entre docentes, a respeito do desinteresse dos alunos sobre os conteúdos e sobre a escola de modo geral. E, paradoxalmente, também ouvi muitos relatos de alunos falando sobre o desestímulo que se instaura em função de práticas de professores que apresentam conteúdos que não se aproximam da realidade que vivem.

São abordagens distantes da realidade desses alunos. Por exemplo: quando se fala de identidade nacional brasileira, se discorre sobre o processo de independência, o qual ficou marcado pelo grito de Dom Pedro às margens do rio Ipiranga, e que é a partir dessa ação que surge a nação brasileira e, por conseguinte, o brasileiro. Nesse processo, de construção linear da história, vão surgindo os símbolos dessa pátria, os heróis desse povo, e assim vem sendo contada a história do Brasil.

Ressignificar essa construção de história linear, desconstruir os grandes feitos e produzir uma história das pessoas que verdadeiramente compõem, movem e sustentam esse país é possível, e um ponto principiador disso pode ser através das aulas de história.

Não tenho a prepotência de dizer que o modelo trabalhado por mim na proposta de oficina é o ideal ou o único caminho, a proposta maior aqui é mostrar que podemos, sim, aproximar a realidade dos alunos para a construção de perspectivas, fazendo do ensino de história algo interessante e transformador.

Dispus-me a pensar sobre possibilidades, impressões, experiências vividas em salas de aulas e debates desenvolvidos na academia a respeito do ensino e da educação, firmando sobre a experiência dos relatos que ouvi sobre o ser brasileiro. Enfim, a partir disso me propus a construir uma proposta de atividade que me possibilitasse ouvir sobre o sentido do ser brasileiro, queria ouvir os alunos, pessoas que compõem o sistema de ensino, com as quais eu lidarei em sala de aula a partir da minha escolha profissional.

Desenvolvi um planejamento de oficina, que pudesse, em certa medida, me possibilitar reconhecer um grupo de alunos e com isso fazer surgir um possível interesse pelo debate e pela história enquanto disciplina de possível transformação, e, fundamentalmente, ouvir suas impressões e concepções sobre ser brasileiro, sobre pátria e nação. Conjuntamente, desconstruir mitos e validar o papel social de cada um enquanto sujeito na construção do que entendemos por nação.

Nessa perspectiva, delimito a temática a ser trabalhada, que foi a construção da identidade nacional brasileira. Direcionada sobre a perspectiva de debate construído a partir do projeto Pátria Amada Esquartejada, planejei e ministrei uma oficina durante o semestre de Estágio Supervisionado IV, no ano de 2015, nos Cursos de Graduação em História, que consiste em esboçar e desenvolver a prática de regência de sala de aula em uma turma de ensino médio na escola pública. A professora de história da escola, Jéssica Lourenço, concordou com a atividade que propus e assim pude desenvolver a oficina com uma turma de alunos do 3º ano do Ensino Médio.

## **A oficina**

O período de estágio supervisionado dentro da escola foi desenvolvido Escola Estadual da Cidade Industrial, durante os meses de outubro e novembro de 2015, sob a supervisão da Professora Jéssica Lourenço, graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia, e que, nesse período, atuava como professora da disciplina de História nas turmas de Ensino Médio. A observação e a prática docente que desenvolvi foram especificamente numa sala de 3º ano do Ensino Médio.

A Escola Estadual da Cidade Industrial situa-se na rua Osmar Silvério da Silva, 105, no bairro Marta Helena, na cidade de Uberlândia. Atende cerca de 800 alunos de Ensino Fundamental e Ensino Médio do ensino regular e uma parcela de estudantes matriculados no Projeto Acelerar para Vencer (PAV)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O PAV foi um projeto de aceleração de aprendizagem implementado na rede estadual de ensino de Minas Gerais em 2008, para alunos do Ensino Fundamental. Foi instituído em caráter emergencial e destinava-se a alunos que apresentassem, “pelo menos, 02 (dois) anos de distorção idade/ano de escolaridade”, que eram organizados em grupos separados de suas turmas de origem e alocados em salas diferenciadas. Ver: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução SSE n. 1033**, de 17 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a implantação do Projeto de Aceleração da Aprendizagem “Acelerar para Vencer”, para alunos do ensino fundamental da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em: <<http://sreuberlandia.educacao.mg.gov.br/images/stories/docs/planocurricular/escolasestaduais/pav/resolucao-see-1033-2008-acelerar-para-vencer.pdf>>. Acesso em: 7 dez.2018.



**Imagem 24 – Fachada da Escola Estadual da Cidade Industrial. Uberlândia.**



Fonte: Fotografia da autora. Uberlândia, 2015.

A sala observada, como já mencionado, foi uma turma de terceiro ano do Ensino Médio, composta por 27 alunos com idade entre 16 e 18 anos. É importante ressaltar que os alunos envolvidos na atividade prática de estágio que desenvolvi na escola estão, em sua maioria, inseridos no mercado de trabalho e ajudam no complemento da renda familiar.

Para a construção de um conhecimento significativo para e com os alunos, é preciso que os entendamos em suas realidades concretas antes de propormos quaisquer atividades prontas e acabadas. Precisamos pensar sobre o risco de uma prática idealizada de ensino de história, na mesma medida em que precisamos considerar nossa inserção na sociedade enquanto profissionais da área, pois isso influenciará nossa atuação para além das questões metodológicas pedagógicas.

Elaborei um planejamento de oficina, tal como se vê abaixo, e apresentei à professora, no sentido de ter sua aprovação. Ela concordou com minha proposta e assim desenvolvi minha prática docente para o cumprimento dos requisitos de Estágio Supervisionado IV.

## ESCOLA ESTADUAL DA CIDADE INDUSTRIAL

### PLANO DE AULA

DISCIPLINA: HISTÓRIA  
SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2015

**Série/Ano:** Terceiro ano do Ensino Médio

**Carga Horária:** 3 aulas (150 minutos)

**Estagiária:** Natália Félix de Melo (Cursos de História – Universidade Federal de Uberlândia)

**Professora Supervisora:** Jessica Lourenço

**Professor Orientador:** Leandro José Nunes

**Tema:** Identidade brasileira. Quantas pátrias somos nós?

**Justificativa:** Pensando na experiência cotidiana e na abstração do sentido de Nação na vivência social, considerando a necessidade de o professor ter a função de despertar nos alunos a percepção de que são sujeitos Históricos ativos, que suas ações tem um reflexo que vai para além da sua realidade cotidiana penso que a desconstrução da história nacional positivista se faz necessária. A construção de algumas abstrações é o resultado da abordagem reproduzida a décadas nos programas de história que acaba por construir uma identidade irreal sobre o “ser brasileiro”, camuflando as desigualdades sociais.

#### **Objetivos:**

##### **Geral:**

Questionar o local social universal, indagar sobre a possível imutabilidade das identidades em contrapartida a rigidez das unidades delas de modo a buscar ampliar o conceito prático de cidadania plena.

##### **Específicos;**

- Problematizar a construção da identidade una e rígida;
- Evidenciar que a heroização não legítima uma história de minorias;
- Explicar que a identidade brasileira não é estagnada nem legitimada pelos territórios muito menos pelos mitos que rodeiam a história nacional legítima, desde feriados aos livros didáticos.
- Entender o recorte do livro didático ao tratar esses temas de modo a problematizá-lo.

**Conteúdo Programático:** O estudo da construção da identidade brasileira.

#### **Cronograma de execução:**

1ª aula: 20/11/2015, sexta, às 10:00:

Apresentação do documentário Pátria Amada Esquartejada.

- Explicar sobre discursos legitimadores e relacionar com os privilégios de uma classe no processo de construção de referência histórica.
- Abordar o tema identidade com base no que está no documentário Pátria Amada Esquartejada, trazendo seus aspectos de discussão.
- Debater o tema.

2ª aula: 25/11/2015, quarta, às 10:00:

Identidade

- Roda de conversa sobre identidade, nação, símbolos e desigualdade social.
- Debater o tema.

3ª aula: 27/11/2015, segunda, às 10:00

Questionário

- Revisitar brevemente a discussão sobre identidade, nacionalismo e símbolos nacionais.
- Aplicar um questionário (modelo segue em anexo do relatório).
- Debater o tema.

#### **Metodologia:**

Pretende-se iniciar o tema com uma breve explanação provocativa baseado na abordagem do documentário de modo a gerar um incômodo com as exclusões. Em seguida trazer exemplos do dia a dia para ilustrar como os símbolos de referência de identificação sobre o se brasileiro representam apenas uma parcela da sociedade. A introjeção de um discurso viabiliza a reprodução de uma história excludente.

#### **Recursos Utilizados:**

Quadro e giz.

#### **Resultados Esperados:**

Instigar uma reflexão sobre as normatizações que são exigidas para uma plena cidadania envolvendo principalmente a questão da identidade e classe social.

#### **Avaliação:**

-Os alunos serão avaliados pela participação no debate e com um questionário onde responderão três questões relacionada ao conteúdo trabalhado durante a pratica de estágio.

#### **Bibliografia:**

- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. Oficina de história: ensino, memória e patrimônio histórico, **Projeto História**, São Paulo, n. 40, p. 333-356, jun. 2010.
- CABRINI, Conceição et alii. **O ensino de história: revisão urgente**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2005.
- FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: História de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.
- MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.
- MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 31-42.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 25/26, p. 143-162, set.1992/ago.1993.
- SILVA, Marcos A. da. Contra o horror pedagógico. Ensino de história, exclusão social e cidadania cultural. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, 23, p. 85-98, jul./dez. 2000.

Após a aprovação do plano de atividades pela professora, desenvolvi uma ficha para que ela pudesse me avaliar, no que se referia à correspondência de minha prática durante a oficina e o planejamento apresentado.

Posteriormente, conversei com os alunos a respeito de minha experiência em termos de formação, o que me instigava estar ali, apresentei a eles o que seria minha proposta de oficina e suas finalidades burocráticas e de conhecimento. Felizmente, houve

um interesse por parte deles em relação à proposta que apresentei, e, no dia 27 de novembro de 2015, ministrei a oficina intitulada “Quantas pátrias somos nós?”.

**Imagem 25 – Oficina “Quantas Pátrias Somos Nós?”.**



Fonte: Fotografia da autora. Uberlândia, 2015.

No início da oficina, eu me apresentei como graduanda do curso de História, pela Universidade Federal de Uberlândia, discorri sobre o sentido de eu estar ali, que era o cumprimento de um requisito para a conclusão de Estágio Supervisionado IV.

Um grupo de dezoito alunos participou da atividade, sendo cinco homens e treze mulheres.



**Imagem 26 – Oficina “Quantas pátrias somos nós?”.**



Fonte: Fotografia da autora. Uberlândia, 2015.

Segui falando de meus propósitos com a atividade, que seria ouvi-los a respeito do que compreendiam sobre “identidade”, sobre o que era ser brasileiro, e o que os fazia se sentirem brasileiros

Questionei-os a respeito dos símbolos que caracterizam essa identidade nacional, até que ponto eles se reconheciam, os representavam, e, em seguida, fiz uma breve apresentação sobre o que foi o projeto Pátria Amada Esquartejada, conceituando o seu contexto de produção, seus propósitos, e apresentei a eles o vídeo documentário Pátria Amada Esquartejada, enquanto material de resultado do projeto.

Após assistirem ao documentário, fizemos uma roda de conversa a respeito do vídeo, das falas contidas nele. Estava ali para ouvi-los mais do que para dizer nesse momento. E foi pra mim uma experiência emocionante, pois, ao final da atividade, muitos desses alunos, agradeceram, afirmando o quanto havia sido interessante essa vivência, que nunca haviam parado para pensar a respeito de sua identidade, do seu lugar e de que haviam desconstruído impressões a partir da oficina.

**Imagem 27 – Oficina “Quantas pátrias somos nós?”.**



Fonte: Fotografia da autora. Uberlândia, 2015.

Como atividade final da oficina, pedi como tarefa opcional que respondessem a um questionário que eu havia elaborado, como se vê abaixo:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA- UFU  
INHIS**

**OFICINA: “Quantas pátrias somos nós?”**

**MINISTRANTE: Natália Félix de Melo**

**Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .**

NOME	
IDADE	
ENDEREÇO	
CIDADE NATAL	
SÉRIE	

- 1- O que é identidade?**
- 2- O que é ser brasileiro? O que te faz sentir brasileiro?**
- 3- Argumente sobre o documentário Pátria Amada Esquartejada?**

A partir da leitura dos questionários respondidos pelos alunos, pude notar o quão enriquecedor foi a apresentação do documentário, e o quanto mudou a perspectiva deles em relação ao conceito de identidade. Como mencionado anteriormente, no início da oficina, tivemos um bate papo a respeito do que seria identidade.

No primeiro momento, muitos falaram de identidade como um documento de identificação; outros disseram que entendiam por identidade como sendo algo comum a um grupo; muitos exemplificaram que a identidade seria torcer pela seleção ou referenciaram outros times de futebol brasileiros; e ainda outros mencionaram que se tratava de uma afirmação de si, de mostrar o que se era essencialmente.

Enfim, após nossa conversa e após a apresentação do documentário, muitos dos alunos resignificaram o sentido que depositavam sobre o que era identidade, ampliando sua visão, demonstrando terem compreendido que a identidade não se limitava pelo futebol ou pelos símbolos de referência, que ser brasileiro não é uma questão de nacionalidade; desconstruindo a homogeneidade que carrega o termo.

Senti-me gratificada em trabalhar com eles a possibilidade de compreensão de que, enquanto brasileiros, se diferenciavam pelas experiências que carregam, por sua história e pelo lugar social que ocupam.

Em muitos relatos ficou clara a compreensão de que não há uma identidade comum, não existe esse ser brasileiro, cristalizado, mas existem brasileirxs que se diferenciam por tradições, classes, locais, e que não estão representados pelos símbolos nacionais, pelos discursos fundadores, porém “carregam esse país nas costas”. Discutimos como esses brasileiros são os trabalhadores, os negros, os idosos, a periferia, que não estão representados nos grandes feitos, nos grandes símbolos, que estão à margem da nação apresentada ao mundo nas propagandas e nos discursos oficiais.

Foi impactante pensar, por exemplo, que a cidade maravilhosa, que é o Rio de Janeiro, conhecida em cartão postais pelos grandes símbolos e obras, enfim, é feita pela desigualdade social, constituída pelas comunidades, pois é nelas que vivem os trabalhadorxs que não estão nos postais; que a comunidade não está no roteiro turístico que se apresenta o Brasil, ela está a margem. Foi importante pensar como isso se amplia para toda a extensão do país.



## Considerações Finais

O presente trabalho buscou, através da apresentação do projeto Pátria Amada Esquartejada, promover a reflexão sobre relações entre história, memória e educação. NO que diz respeito aos significados sociais sobre ser brasileiro, a partir dos significados postos pelos símbolos nacionais, a finalidade é ressignificar a ideia e o sentimento nacionalista oficializado em algumas escritas historiográficas e muitas vezes reproduzidos dentro dos discursos de professores.

Pátria Amada Esquartejada é inspiração e afirmação da possibilidade de reconstruir o lugar do povo dentro da história. A educação reflexiva pode ser revolucionária e ao reconhecer seu papel ativo socialmente através da conscientização de que a história é construção, é uma ação necessária.

A reflexão crítica em torno da memória, do patrimônio, da cultura e da história, tomando esses como um direto, cria condições para afirmação de novos sujeitos sociais, políticos, críticos e conscientes da sua realidade.

O projeto Pátria Amada Esquartejada se afirma como uma ação de estímulo à prática da cidadania a partir da conscientização acerca da construção dos processos históricos.

O presente trabalho busca contribuir para o avanço das perspectivas em torna da História Social, da discussão do lugar do povo na perspectiva da memória, do ensino e da história, para demonstrar o holismo que constitui os processos históricos e a importância da conscientização do lugar social de cada sujeito dentro da conjuntura que está inserido.

A luta é pelo reconhecimento da diversidade, reconhecendo que a memória histórica é parte da sociedade e a prática docente e o ensino de história podem ser transformadores a medida que permitam a compreensão do social.

Muitos desdobramentos são possíveis, tomando como inspiração Pátria Amada Esquartejada, pois ele leva à reflexão sobre as experiências e à desconstrução da rigidez simbólica fundada em torno dos mitos construídos em torno dos símbolos e heróis nacionais.

As pessoas devem ser incentivadas a iniciativas criadoras, problematizando os lugares sociais, e a historiografia deve apresentar a História como fonte de compreensão e inspiração. Pensar historicamente é questionar a ordem posta percebendo que pode ser modificada.

Valorizar as experiências e os lugares sociais para produzir nossos planejamentos de aula, prezar e valorizar a interpretação das dimensões da realidade é um modo efetivo de tornar visíveis e expressivas a memória e a sensibilidade humana.

A preocupação com o popular foi a linha que manteve a firmeza dessa escrita monográfica, reconhecer e valorizar o campo de força que existe na cultura do povo é a estrada em que se fundamenta a História Social e que constituiu essa pesquisa.

Superar a simples denúncia de desigualdade do Brasil, promover ações que possibilitem a conscientização das relações de exploração e reconstruir a imagem dessa sociedade tão bonita e tão diversa é necessário. O desejo é que esse trabalho estimule e integre a reflexões a práticas nesse sentido.

Quebrar padrões e temas consagrados dentro do campo da historiografia sobre a constituição da nação brasileira e seus símbolos de representação, desconstruindo a hegemonia e fundamentando-se na pluralidade, é uma ação de luta que coloca o povo como sujeito ativo e modificador de conjunturas fixas.

Finalizo esse texto com uma fala da historiadora Déa Ribeiro Fenelon, que sintetiza bem o fundamento e o desejo do presente trabalho. Ela disse em uma conferência no Encontro Regional de História, do Núcleo Regional da ANPUH, em 1984, em São Paulo:

Não há, assim, uma tentativa científica e acadêmica de apenas construir uma teoria da História Social, até porque inútil, mas sim diferentes maneiras de enfatizar momentos e temas variados, intimamente correlacionada a projetos diversos de superação da dominação de classe. (FENELON, 1985, p.16).

## Fontes

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Pátria amada esquartejada**. São Paulo: DPH, 1992a.

PÁTRIA amada esquartejada. Produção de TV Anhembi. Coordenação de Júlio Assis Simões e Laura Antunes Maciel. São Paulo: DPH, 1992. 1 videocassete (32 min), VHS, son., color.

## Bibliografia

- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. Oficina de história: ensino, memória e patrimônio histórico, **Projeto História**, São Paulo, n. 40, p. 333-356, jun. 2010.
- CABRINI, Conceição et alii. **O ensino de história**: revisão urgente. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Apresentação. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Pátria amada esquetejada**. São Paulo: DPH, 1992a. p. 7-8.
- CHAUÍ, Marilena. Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Nação, um lugar comum. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Pátria amada esquetejada**. São Paulo: DPH, 1992a. p. 29-43.
- FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e História Social: perspectivas de investigação. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jan./dez. 1985.
- FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: \_\_\_\_\_. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 155-176.
- LARA, Sílvia Hunold. Tiradentes e a nação esquetejada. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Pátria amada esquetejada**. São Paulo: DPH, 1992a. p. 19-28.
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da. (Org.) **Repensando a história**. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, s/d. p. 37-64.

- MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.
- MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 31-42.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 25/26, p. 143-162, set.1992/ago.1993.
- PINSKY, Jaime. Nação e ensino de história no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. Ed. revista e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009. p. 11-26.
- SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992b.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.
- SILVA, Marcos A. da. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense: 1995.
- SILVA, Marcos A. da. Contra o horror pedagógico. Ensino de história, exclusão social e cidadania cultural. **História & Perspectivas**. Uberlândia, v. 1, n. 23, p.85-98, jul./dez. 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.